

07

**MULHERES NEGRAS NO CENTRO
DO DESENVOLVIMENTO:**
propostas para justiça
econômica e social



**MULHERES NEGRAS NO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO:
PROPOSTAS PARA JUSTIÇA ECONÔMICA E SOCIAL**

AGOSTO 2025

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Sueli Carneiro

ELABORAÇÃO DE TEXTO E TRADUÇÃO:

Kátia Mello

REVISÃO TÉCNICA:

Iradj Eghrari

DIAGRAMADOR E DESIGNER: SENDIGITAL

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

realização



MULHERES NEGRAS NO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO: PROPOSTAS PARA JUSTIÇA ECONÔMICA E SOCIAL

G316

Mulheres Negras no Centro do Desenvolvimento: Propostas para Justiça Econômica e Social / coordenação: Carolina de Almeida Pereira. - São Paulo : Geledés, 2026.

66 p. -- (Coleção Geledés no Sistema Internacional; v.7)

ISBN: 978-85-62750-44-1

1. Emancipação econômica – Mulher negras.
2. Igualdade de gênero. 3. Violência contra a mulher negra. 4. Redistribuição econômica. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 305.896

Índices para catálogo sistemático:

1. Igualdade racial e de gênero: Empoderamento econômico da mulher negra 305.896

Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-44-1



9 788562 750441

SUMÁRIO

07 INTRODUÇÃO

09 APRESENTAÇÃO

15 PARTICIPANTES DO EVENTO

17 ÍNTEGRA DAS FALAS

33 PARTE 2

37 PARTICIPANTES DO EVENTO

39 ÍNTEGRA DAS FALAS

INTRODUÇÃO

Este sétimo volume da série dá continuidade à coleção iniciada com *Brasil e Durban – 20 anos depois*, publicada em 2021 pelo Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Cada volume reafirma nosso compromisso de transformar memória e denúncia em ação política, fortalecendo a luta contra o racismo e o sexismo em escala nacional e internacional. Ao reunir os dois encontros realizados em março de 2024 – em Nova York, durante a 68ª Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher (CSW), e em Washington, sede da OEA, na data em que celebramos o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial –, este volume traz à luz a centralidade das mulheres negras na construção de qualquer projeto de emancipação econômica real e, portanto, de justiça social. O Brasil, com seus 60,6 milhões de mulheres negras, não pode continuar refém da invisibilidade e das hierarquias estruturais que nos relegam à periferia do desenvolvimento.

As falas de ambas as reuniões foram marcadas pela coragem de desnudar os desafios estruturais que perpetuam a pobreza intergeracional das mulheres negras e afrodescendentes. Ficou evidente que políticas universais, quando ignoram raça e gênero, reforçam a desigualdade em vez de superá-la. Foram denunciadas a precarização do trabalho, a informalidade, o racismo institucional e a violência estrutural que mantêm nossas mulheres nos postos mais desvalorizados da economia. No plano global, foi exposta a urgência de enfrentar o racismo sistêmico e a omissão histórica que exclui afrodescendentes dos orçamentos nacionais e dos mecanismos de financiamento internacionais, incluindo a própria Agenda 2030.

Mais do que diagnóstico, estes encontros produziram caminhos. As propostas convergiram para seis eixos centrais:

1. Redistribuição econômica e justiça orçamentária — integração efetiva de recortes raciais e de gênero no planejamento e na execução orçamentária; financiamento direto para programas de empoderamento econômico de mulheres negras; e fortalecimento da economia do cuidado como pilar do desenvolvimento.
2. Educação e ciência — ampliação do acesso de mulheres negras à educação formal e científica, incluindo bolsas e intercâmbios internacionais.
3. Empreendedorismo com proteção social — superação da narrativa mercadológica do empreendedorismo, com acesso a crédito, assistência técnica, inovação tecnológica e inclusão nas cadeias produtivas, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários.
4. Acesso à terra, recursos e reparações — reconhecimento da titularidade das mulheres afrodescendentes sobre terras e territórios; acesso a crédito agrícola e proteção contra deslocamentos forçados; e políticas de reparação e compensação histórica.
5. Cooperação e transversalidade internacional — consolidação de alianças regionais e globais, articulação com órgãos multilaterais e efetiva implementação de convenções e planos interamericanos e da ONU.
6. Participação plena das afrodescendentes em todos os espaços de decisão.

As vozes que ecoaram nestes encontros nos convocam à ação. Não há emancipação possível sem desmantelar o racismo patriarcal que estrutura a pobreza. Não há desenvolvimento econômico sustentável sem redistribuição, visibilidade e reconhecimento. Que este volume seja um instrumento de incidência política e um chamado urgente para que governos, organismos multilaterais e sociedade civil assumam estas propostas como agenda inadiável.

Sueli Carneiro

Coordenadora Executiva

Centro de Documentação e Memória Institucional

Geledés – Instituto da Mulher Negra

APRESENTAÇÃO

Com o propósito de discutir gênero dentro de um recorte racial, Geledés - Instituto da Mulher Negra promoveu, em 13 de março de 2024, o evento “Estratégias para o Empoderamento Econômico da Mulher Negra”, em paralelo à 68ª Comissão Sobre a Situação da Mulher (CSW 68), que aconteceu na sede da ONU, em Nova York.

Diante da realidade de o Brasil ter a maior população negra na diáspora, com 60,6 milhões de mulheres, esta foi uma importante oportunidade de debater com autoridades máximas do país o impacto das questões cruciais relacionadas à invisibilidade das mulheres afrodescendentes.

Participaram presencialmente deste encontro a primeira-dama do Brasil, Janja Lula da Silva; a ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves; a diplomata e subchefe da divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Rafaela Seixas Fontes; a deputada federal Benedita da Silva; a coordenadora de Geledés na área de Advocacy e Incidência Política, Nilza Iraci; e com a participação remota da ministra do Ministério de Igualdade Racial (MIR), Anielle Franco. A mediação do encontro ficou por conta de Maria Sylvania de Oliveira, advogada e coordenadora do Programa de Gênero, Raça e Equidade de Geledés.

Geledés centrou a discussão em como as instituições estatais, financeiras e bancos multilaterais de desenvolvimento podem atuar na promoção de estratégias para a emancipação econômica e financeira das mulheres negras.

“(Estamos aqui para) refletir sobre a pobreza intergeracional, apresentar nossas preocupações com os desafios para a construção de estratégias que possibilitem a emancipação econômica e financeira das mulheres negras, fugindo da armadilha da narrativa mercadológica do empreendedorismo que não tem conexão com a realidade social dessa parcela da população. Assim, nos propusemos a realizar este evento e fomentar o debate sobre a emancipação econômica e financeira das mulheres negras no Brasil”, afirmou Maria Sylvania de Oliveira.

A ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, apontou as ações governamentais referentes à interseccionalidade de gênero e raça na área dos direitos humanos, com a criação no governo Lula de quatro ministérios: o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério dos Direitos Humanos. “Com isso, ele (presidente Lula) define que a desigualdade tem sexo, gênero, cor, raça, etnia, além da questão do respeito aos direitos humanos. E coloca para dentro do governo, como prioridade, uma política transversal para que todo o governo dê conta desses

elementos para pensar as diferenças e as desigualdades que estão colocadas. Então ele estabelece isso como uma diretriz e vai fazer isso em toda a escala mundial e global”, afirmou ela.

Em sua fala, Cida Gonçalves elencou os programas governamentais voltados à mulher, como o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios e o Programa Asas para o Futuro. “Temos o programa Asas para o Futuro, voltado principalmente para meninas e mulheres indígenas, que estamos lançando em conjunto nesse ano, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério das Mulheres. Nós temos o edital Meninas na Ciência, na Tecnologia e na Inovação, que é especialmente popular, trabalhado prioritariamente para as meninas negras, para que elas possam ter ascensão. Nós temos o programa Beatriz Nascimento da Mulher e Ciência, que é exatamente na perspectiva de construir todo esse processo”, afirmou ela.

A ministra também mencionou o acordo feito entre o Ministério da Igualdade Racial e o Banco do Brasil, com investimentos da ordem de R\$ 28 milhões para as mulheres empreendedoras e pesquisadoras.

Outra iniciativa anunciada pela ministra Cida no “Março das Mulheres” foi a criação de fóruns para o enfrentamento da misoginia, da violência e do racismo, fortalecendo políticas públicas. Entre os citados por ela estão o Fórum das Mulheres Quilombolas e o Fórum das Mulheres Hip Hop. “Nesse ano, decidimos trabalhar a perspectiva da construção de novas políticas”, afirmou a ministra.

Sobre a conferência de mulheres globais na ONU, a primeira-dama Janja Lula da Silva ressaltou as políticas do presidente Lula desde o início de sua gestão. “Quando o presidente Lula assume a presidência do G20, ele dá uma determinação clara para os chefes, para os grupos de trabalho, enfim, de que a igualdade de gênero e a questão da igualdade racial têm que permear todos os grupos de trabalho do G20. E para isso ele também lança, quando assume a presidência, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza”, disse ela.

A primeira-dama reforçou a ideia de que “a principal preocupação é a de se buscar a igualdade de gênero atrelada às finanças dos países” e que não é possível se obter isso “sem discutir as finanças dos países em uma nova arquitetura financeira para o mundo”.

Janja nivelou a relevância da política de gênero à política de igualdade racial. “A gente precisa de políticas públicas estruturantes para que consigamos chegar a esse objetivo que é a igualdade tanto de gênero quanto a igualdade de raça”, afirmou ao anunciar a agenda transversal do governo Lula.

Ainda sobre a atuação do presidente, Janja sublinhou o fato de ele ter assumido o compromisso do 18º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, que, segundo ela, significa uma política de igualdade racial.

Já Rafaela Seixas, subchefe da divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, trouxe reflexões sobre como a CSW é um espaço de diálogo entre atores internacionais e ativistas da sociedade civil, principalmente as mulheres negras. “A CSW é um verdadeiro espaço público, onde todas as vozes possam ser ouvidas e não apenas ouvidas, mas que possam contar realmente para a formulação de novas políticas públicas”. E acrescentou: “a luta pela igualdade racial e a pela igualdade de gênero são entendidas como lutas híbridas. Que elas estejam tanto no campo simbólico quanto no campo da economia”, disse.

Segundo Rafaela Seixas, o encontro de Geledés se propõe a discutir “a melhora da visibilidade das demandas desse grupo (população negra) e como dismantelar preconceitos, porque medidas de redistribuição de bens e recursos não são apenas necessárias para se alcançar o acesso à renda e a recursos materiais. Através desse acesso é possível mudar preconceitos e estereótipos, no caso de raça, de gênero na sociedade”.

A diplomata ainda reforçou a importância da economia do cuidado, um dos temas que o Brasil escolheu para o G20. “A divisão sexual do trabalho no Brasil sempre prejudicou mais as mulheres negras. Só para vocês terem uma ideia, a gente tem a CLT, que é a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, mas os direitos das trabalhadoras domésticas só vieram em 2015, e só depois de 2015, em 2018, o Brasil conseguiu entrar numa Convenção sobre Trabalho Doméstico, na OIT”, argumentou.

Neste sentido, a diplomata propõe definir o cuidado “como um direito humano a ser garantido pelo Estado e a ser compartilhado pela sociedade”. Para Rafaela, esse tipo de debate hoje se dá tanto nos fóruns da ONU em Nova York quanto também no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ela ainda lembrou que o Grupo de Buenos Aires, formado por 15 países latino-americanos, incluindo o Brasil, discute essas questões.

Ao se apropriar do processo de construção da Declaração de Durban como exemplo, Rafaela Seixas falou sobre o efeito bumerangue ao se discutir questões relevantes em fóruns internacionais que são internalizadas em um debate nacional. “Muitas vezes a sociedade civil se mobiliza em um fórum internacional, em um espaço público de discussão global, e depois traz esse debate internamente para o Brasil”, afirmou.

Já a coordenadora de Geledés na área de Advocacy e Incidência Política, Nilza Iraci, aprofundou o debate sobre os desafios impostos às trabalhadoras afrodescendentes, ao destacar que elas enfrentam “discriminação regular no mercado de trabalho, recebem baixos salários, têm menor acesso a boas oportunidades de promoções e são menos beneficiadas durante o crescimento econômico, sendo mais vulneráveis a demissões durante a retração econômica. Por outro lado, quando buscam o chamado empreendedorismo têm mínimo acesso ao crédito”.

Nilza Iraci destacou ainda que essas trabalhadoras afrodescendentes “empreendem com taxas mais altas de informalidades e desemprego em comparação a trabalhadoras e trabalhadores brancos” e que “estudos mostram que a maioria da população afrodescendente, sobretudo as mulheres, é deixada à margem pelo descaso mercadológico do empreendedorismo, tornando-as solitárias na busca por promoções para seus desafios sociais”. Sublinhou ainda que o empreendedorismo no Brasil é “sinônimo de precarização do mercado de trabalho”.

Neste contexto, a coordenadora de Geledés alertou para o papel das lideranças governamentais. “Ao promover a emancipação econômica, os Estados estarão investindo no desenvolvimento de todo o tecido social, uma vez que as mulheres negras são agentes de mudança e têm o poder de transformar as suas comunidades de dentro para fora”, disse ela.

E complementou: “Nós não podemos aqui repetir aquele erro antiquado dos economistas de ver o progresso material como o único motor do bem-estar coletivo, sem considerar diferentes modelos de desenvolvimento econômico determinados pelo processo produtivo e como a riqueza material é produzida e distribuída. A consolidação de um Estado democrático e republicano demanda que mulheres negras sejam reconhecidas como sujeitas de direito e aplicados na íntegra todos os dispositivos constitucionais”.

Por não conseguir comparecer presencialmente ao evento em Nova York, a ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, enviou um vídeo com sua fala. Nele, a ministra citou o plano governamental de transversalidade, com o lançamento do relatório do PPA transversal, na Agenda Mulheres. “O orçamento deve ser instrumento para mudanças e, nessa lógica, a gente tem que considerar todos os marcadores que promovem a desigualdade. Não dá para falar de uma mulher universal. A gente precisa deixar visível a diversidade que compõe a gente, de raça, classe, orientação sexual, idade, território, enfim. E, como muito bem diz Sueli Carneiro, é impossível a gente tratar da temática da emancipação das mulheres sem tratar da temática negra”, disse a ministra.

Na mesma linha da ministra Cida e da primeira-dama Janja, a ministra Anielle citou ações governamentais de enfrentamento à disparidade econômica de gênero e raça como um eixo estruturante das ações do Ministério da Igualdade Racial. Anielle Franco lembrou a parceria entre o MIR e a Fundação Banco do Brasil, o programa de cooperação técnica junto ao Sebrae, o programa Atlânticas - Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, o projeto voltado à Educação, com bolsas de estudo na área da pós-graduação para carreiras da diplomacia e da advocacia, além do programa de intercâmbio com universidades da América Latina e da África.

“Aprovamos a nova lei de cotas nas universidades, incluindo a juventude quilombola que para a gente isso

foi um grande parto e uma grande vitória”, afirmou a ministra.

Entre os destaques, Anielle Franco chamou atenção para o programa Juventude Negra Viva. “Tenho o orgulho em dizer que a gente vai lançar no final deste mês o maior programa federal para enfrentar a letalidade das nossas juventudes negras. Esse programa contém vários eixos de atuação conjunta voltados à promoção dos direitos das mulheres negras, como, por exemplo, o letramento racial para a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, estudos e pesquisas para melhorar a produção de dados e análise e produção de conhecimento sobre violências contra as juventudes negras; atenção às mulheres em situação de prisão; garantia de atendimento pela rede de atenção às jovens negras em situação de violência doméstica e familiar; acesso aos direitos sexuais reprodutivos em face de violências”, disse ela.

Na área de violência contra a mulher, Anielle Franco destacou o recorte racial no Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, coordenado pela ministra Cida. “Nós conseguimos inserir circunstâncias específicas que envolvem as mulheres negras”, esclareceu ela.

Diante de sua longa experiência parlamentar de combate ao racismo e sexismo, a deputada federal Benedita da Silva expôs a necessidade de se haver uma maior pressão nos fóruns internacionais para a discussão de propostas de interesse das mulheres, em especial das mulheres negras.

“As políticas têm sido políticas com recorte, mas nós precisamos estimular e incentivar. Nas mesas em que nós estamos na ONU, nós temos que colocar essa questão, porque até agora, das várias mesas que eu já participei, eu só ouvi uma vez falar em política de recorte racial; não é possível que nós, que estamos tratando, principalmente, da questão da reforma de relação de trabalho, nós estamos falando da proteção social com equidade, nós estamos falando de empreendedorismo, nós estamos falando de política fiscal progressiva, nós estamos falando de inversão da economia de cuidado e da transversalidade das mulheres negras”, ressaltou Benedita.

A deputada federal incitou, inclusive, a formação de alianças para que as mulheres ocupem maior espaço nos parlamentos e, conseqüentemente, participem da elaboração de legislações que favoreçam uma maior inclusão das mulheres na promoção do empoderamento econômico. “É preciso que a gente também ajude os outros países, principalmente dentro da América Latina, para que possamos ter aliados e aliadas e a gente avance no produto que nós queremos passar, o produto político, o produto ideológico, a participação maior das mulheres na política. Nós precisamos ocupar esse espaço. Acho que esse momento, em que nós falamos da questão do crescimento econômico, ele tem que ser inclusivo, inclusivo em todos os sentidos”, afirmou Benedita.

E finalizou dizendo: “a militância nós já temos, projetos nós já temos, nós precisamos de políticas públicas de Estado e de inclusão financeira. O resto é com a gente”.

PARTICIPANTES DO EVENTO “ESTRATÉGIAS PARA O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA MULHER NEGRA”:

Rosângela Lula da Silva

Conhecida como Janja, é a atual primeira-dama do Brasil. Janja é socióloga formada pela UFPR e possui MBA em Gestão Social e Sustentabilidade. Ela é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Anielle Francisco da Silva

É ministra da Igualdade Racial. Ativista do movimento negro e feminista, ela é professora, jornalista e filiada ao Partido dos Trabalhadores. É fundadora do Instituto Marielle Franco.

Aparecida Gonçalves

É ministra de Estado das Mulheres. Foi assessora da Coordenadoria à Mulher da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho do Estado do Mato Grosso do Sul durante a gestão do governador Zeca do PT. Nos governos Lula e Dilma, foi Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Benedita Souza da Silva Sampaio

Benedita ou Bené é deputada federal. Ativista do movimento negro e feminista, ela ocupou uma série de cargos públicos. Fundadora do PT, Benedita foi a primeira senadora negra do país e a primeira vereadora negra da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Rafaela Seixas Fontes

É diplomata e subchefe da divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. É graduada pela Faculdade de Direito da UFBA. Foi analista de Políticas Públicas na Coordenação de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM/BA).

Maria Sylvia de Oliveira

É Coordenadora de Política de Promoção de Igualdade de Gênero e Raça. É graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1994), em São Paulo e mestranda no programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades – Diversitas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

Todos os cargos acima correspondem à época do evento

CONFIRA ABAIXO A ÍNTEGRA DAS FALAS DAS PARTICIPANTES:

MARIA SYLVIA DE OLIVEIRA

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark blue border and a dark blue shadow. Inside the bubble, there are two large, dark blue quotation marks. A vertical dark blue line extends upwards from the top of the bubble.

Em consonância com o tema prioritário dessa Comissão Sobre a Situação da Mulher (CSW) de acelerar a conquista da igualdade de gênero e empoderamento em todas as mulheres e meninas, abordando a pobreza e fortalecendo as instituições e o financiamento com uma perspectiva de gênero, estamos aqui seguindo em nossos esforços de visibilizar as enormes desigualdades que impactam a vida de mulheres negras. Ou seja, em Geledés entendemos que não é possível discutir gênero sem pensar também sob a perspectiva de raça. Dentre os grupos sociais mais vulneráveis, estamos nós, as mulheres negras.

Para nós de Geledés, nessa mesa, com especial atenção para o Brasil, que tem a maior população negra na diáspora e as mulheres negras como o maior grupo populacional, com 60,6 milhões de pessoas, é uma oportunidade para debater o impacto das questões cruciais relacionadas à invisibilidade da raça. Estamos falando de gênero.

Refletir sobre pobreza intergeracional, apresentar nossas preocupações com os desafios para a construção de estratégias que possibilitem a emancipação econômica e financeira das mulheres negras, fugindo da armadilha da narrativa mercadológica do empreendedorismo que não tem conexão com a realidade social dessa parcela da população. Assim, nos propusemos a realizar este evento e fomentar o debate sobre a emancipação econômica e financeira das mulheres no Brasil.

Vamos discutir como as instituições do Estado, as instituições financeiras, bancos multilaterais de desenvolvimento podem atuar para buscar estratégias que promovam a emancipação econômica e financeira das mulheres negras. Para nós, um passo muito importante na luta contra a desigualdade de gênero e raça.

MINISTRA CIDA GONÇALVES

”

Quero falar sobre questão da importância que o governo brasileiro tem trabalhado o tema da pobreza pelo Brasil. O presidente Lula, desde que assumiu o governo, tem tomado a posição de que, de fato, a prioridade do governo são as questões do enfrentamento às desigualdades sociais e à pobreza.

Dentro das desigualdades sociais, ele coloca como linha de frente quatro pontos prioritários. E mostra isso quando ele cria os quatro ministérios: o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério dos Direitos Humanos. Com isso, ele define que a desigualdade tem sexo, gênero, cor, raça, etnia, além da questão do respeito aos direitos humanos. E coloca para dentro do governo como prioridade uma política transversal para que todo o governo dê conta desses elementos para pensar as diferenças e as desigualdades que estão colocadas. Então ele estabelece isso como uma diretriz e vai fazer isso em toda a escala mundial e global.

Vou deixar para minha amiga Janja falar sobre a Aliança Global contra a Pobreza. Para dentro do governo, isso é uma direção, uma linha, uma diretriz que o presidente, em todas as reuniões ministeriais, cobra de todos os ministros à sorte. Então eu queria trazer esse elemento que é muito importante.

Trazer um elemento das parcerias e da transversalidade. Eu e (a ministra da Igualdade Racial) Anielle sempre brincamos que somos as irmãzinhas, porque ficamos no mesmo prédio. Então é só subir e descer o elevador. Por quê? Porque não dá para discutir gênero sem discutir a questão do racismo. Você não discute a violência contra as mulheres se você não discute o número de feminicídios e quantas mulheres são mortas.

Se você vai discutir a fome, a pobreza, os 33 milhões de pessoas que estão passando fome, mais de 80% são mulheres livres e são mães solas. Estão criando seus filhos sozinhas. Esse desafio precisa ser visto, ser olhado por todo o governo, mas prioritariamente, nós temos uma tarefa, que eu sempre digo ser uma árdua tarefa, de estar em todos os ministérios, cobrando, exigindo, falando e colocando as políticas públicas. A gente sempre brinca, eu e a (ministra) Anielle, que somos aquelas mulheres que na hora em que bate na porta, o ministro fala: é raça ou é mulher? Então, exatamente essa é a perspectiva que a gente quer construir.

Não queremos construir dentro do governo apenas essa questão do olhar daquelas mulheres chatas que pedem. Nós queremos mais do que isso. Queremos construir políticas públicas efetivas, que deem conta de mudar a vida, e aqui eu vou falar das mulheres, das mulheres nas pontas. Para isso, a gente tem

trabalhado muita coisa em conjunto, umas separadas, outras em conjunto, em se tratando da igualdade de gênero e raça.

Nós temos trabalhado dentro do governo. Temos o programa Asas para o Futuro, voltado principalmente para meninas e mulheres indígenas, que estamos lançando em conjunto nesse ano, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério das Mulheres. Nós temos o edital Meninas na Ciência, na Tecnologia e na Inovação, que é especialmente popular, trabalhado prioritariamente para as meninas negras, para que elas possam ter ascensão. Nós temos o programa Beatriz Nascimento da Mulher e Ciência, que é exatamente na perspectiva de construir todo esse processo.

Nós tivemos o investimento do MIR, com mais de R\$ 28 milhões para mulheres empreendedoras e pesquisadoras, com bolsas. O MIR fez um acordo de cooperação com o Banco do Brasil para o empoderamento e a empregabilidade, principalmente em relação à questão das mulheres negras, no Banco do Brasil. Então, acho que essas são questões importantes.

E nós estamos instituindo agora, no dia 19, dois fóruns que achamos muito importantes e estratégicos dentro do Ministério das Mulheres: o Fórum das Mulheres Quilombolas e o Fórum das Mulheres Hip Hop. E é importante dizer que nesse ano definimos trabalhar a perspectiva da construção de novas políticas.


Estamos também começando a fazer o debate sobre a Conferência Nacional de Política para as Mulheres de 2025, estabelecendo exatamente fóruns que discutam, que trabalhem, que pensem as políticas, inclusive as que vão ser debatidas na Conferência Nacional.

Dentro da perspectiva do enfrentamento à violência, do Pacto de Prevenção ao Femicídio, o MIR colocou uma coisa que eu acho que é muito importante, que é a questão do letramento racial para os profissionais que trabalham com a violência doméstica familiar. Para as nossas secretarias estaduais, possivelmente, a gente vai estar colocando isso no debate a partir de agora, para que de fato a gente tenha um recorte de gênero permanente em todas as esferas do serviço.

E com isso nós esperamos atingir também a questão dos policiais, sejam os policiais civis, sejam os policiais militares, ou as patrulhas Maria da Penha. Porque só assim nós vamos dar conta do que é a necessidade efetiva de enfrentar a violência contra as mulheres, no quesito do racismo, principalmente. É necessário que tenha isso lá, que tenha essa perspectiva para dentro do governo, para dentro dos serviços.

Hoje sabemos o número de mortes, porque temos os dados, da mortalidade materna. São prioritariamente as mulheres negras (que morrem) no parto. É uma tortura para elas (mulheres negras). E também quanto à questão da violência sexual, a maioria (que sofre é de) meninas negras.

Portanto, é essa perspectiva que queremos construir. Queremos construir uma perspectiva que não seja apenas de programas, mas que nós tenhamos uma política de Estado que de fato enfrente o racismo,



o sexismo. E aí eu quero encerrar com a Iniciativa Brasil Sem Misoginia. A iniciativa é para que a gente possa enfrentar o ódio que está colocado. O ódio é contra as mulheres e contra os negros, contra a população LGBT, gay e contra os cis.

E nós sabemos de onde vem isso, de onde nasceu, para onde vai, se nós não começarmos a dizer basta. Então, é essa a perspectiva que nós estamos construindo de governo e dentro dessa perspectiva, na questão da construção, do enfrentamento à pobreza, à miséria, a política do nosso presidente a nível internacional, que é o que a Janja irá falar.

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark blue border and a dark blue double quote symbol inside. A vertical dark blue line extends upwards from the top of the bubble.

JANJA DA SILVA

Esta é a minha primeira vez aqui na CSW. É a minha primeira vez aqui em Nova York. Estou muito impactada, primeiro pela presença de vários países, a presença feminina de uma forma global. Fiquei impactada pelo começo da Assembleia (Geral da ONU), em que haviam cinco homens falando. Isso é um sinal para a gente de que tem alguma coisa errada aí.

Então, foi bem estranho. Mas, enfim, a gente vai encaminhando e vai aprendendo. O presidente Lula, desde que assumiu a presidência da República, em janeiro de 2023, fala sempre para a (ministra) Anielle e para a (ministra) Cida sobre a responsabilidade enorme que elas têm. E é uma responsabilidade muito difícil. Não é uma questão fácil, tanto a das mulheres quanto a questão da igualdade racial. A gente vive em um Brasil dividido, a gente assumiu um governo com esse Brasil muito polarizado e a gente tenta a cada dia, a todo dia, diminuir essa polarização. Não é fácil, vocês sabem, cada uma que está aqui na sala já deve ter sentido a violência das redes sociais, a violência do seu dia a dia, falando com mulher, com mulher negra, isso a gente sabe o quanto tá difícil no Brasil.

No ano passado, eu e o presidente Lula andamos bastante, recolocando o Brasil na agenda internacional, recuperando o protagonismo de onde o Brasil nunca deveria ter saído e conversando com diversas ministras, conversando com a Júlia (Camilo Fernandes Silva), minha companheira, minha assessora e ela sabe disso, eu busco sempre estar conversando no bastidor. O presidente está fazendo uma mesa e estamos ali conversando. A gente sabe que não é uma característica do Brasil essa polarização, o mundo está muito estranho.

Por conta disso, quando o presidente Lula assume a presidência do G20, ele dá uma determinação clara para os chefes, para os grupos de trabalho, enfim, de que a igualdade de gênero e a questão da igualdade racial têm que permear todos os grupos de trabalho do G20. E, para isso, ele também lança, quando assume a presidência, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Vocês vão ouvir eu falar disso esse ano todo. Já comecei falando em janeiro e sigo falando e vou falar em todos os eventos, isso é uma missão que a gente tem esse ano. Aqui a gente percebeu que em todos os eventos que participou, nas mesas que eu e a Cida participamos juntas, a principal preocupação é a de se buscar a igualdade de gênero atrelada às finanças dos países. A gente não vai conseguir isso sem discutir as finanças dos países em uma nova arquitetura financeira para o mundo.

E isso a gente pode falar também com relação à igualdade racial, ao combate ao racismo. A gente precisa de políticas públicas estruturantes para que consigamos chegar a esse objetivo que é a igualdade tanto de gênero quanto a igualdade de raça. Então, eu acho que o presidente Lula é realmente uma pessoa especial e eu como mulher dele sei disso no nosso dia a dia, estamos aqui acompanhando.

Na primeira segunda-feira do mês de março em que começamos o mês da mulher, o presidente Lula foi um iluminado quando indicou a ministra Simone Tebet para estar cuidando do planejamento e orçamento. Porque quando a gente fala de finanças, a gente está falando do orçamento e ele sempre falou dessa questão de se colocar os pobres no orçamento. Aqui na CSW está se falando em colocar a questão da igualdade de gênero nas finanças, nos orçamentos dos países.

No ano passado, o Ministério das Mulheres, com os demais ministérios e junto ao Ministério do Planejamento, consultou a população através das redes sociais, da plataforma digital, sobre as políticas públicas implementadas. E, na semana passada, lançamos a agenda transversal. Aqui vocês encontram todos os programas e políticas públicas do governo federal com a transversalidade de gênero.

Nesse mês de março, ainda será lançado o caderno com a questão da transversalidade da igualdade racial. Então, vocês que estão no Brasil vão receber um kit para estar participando desse evento que é simbólico. Talvez o Brasil seja um dos únicos países que efetivamente tem como mostrar isso. Por quê? Porque a gente tem um presidente que olha para isso e sabe da importância disso e eu o acompanho nos fóruns internacionais e a questão da igualdade de gênero e da igualdade racial estão colocadas em todos os discursos do presidente Lula e não vai ser diferente na cúpula do G20.

Lembro que na Assembleia Geral (da ONU), o presidente Lula lançou um desafio e assumiu o compromisso do 18º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável que é a igualdade racial. Estou trabalhando até internamente com a comunicação do governo para criarmos o simbolozinho.

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark blue border and a dark blue shadow, containing a large white double quote symbol. A thin dark blue vertical line extends upwards from the top of the bubble.

RAFAELA SEIXAS

Sou a Rafaela Seixas, segunda-secretária, assessora da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Estou aqui representando o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais.

Queria fazer uma breve fala sobre políticas públicas, relações internacionais e ativismo da sociedade civil, principalmente de mulheres negras, que podem se entrelaçar e contribuir, reafirmando-se uma com a outra.

Primeiro lugar, acho que esse espaço, a CSW, é um verdadeiro espaço público, onde todas as vozes possam ser ouvidas e não apenas ouvidas, mas que possam contar realmente para a formulação de novas políticas públicas. Em segundo lugar, a luta pela igualdade racial e a pela igualdade de gênero, entendemos como lutas híbridas. Que elas estejam tanto no campo simbólico quanto no campo da economia.

Temos imagens de controle, como diz a Patrícia Hill Collins sobre as mulheres negras, a gente tem estereótipos no campo simbólico, que a gente tem que lutar contra isso. Mas esse campo simbólico também estrutura a distribuição de renda, de propriedade, de recursos. E, nesse sentido, tanto o campo simbólico quanto o campo da economia estão entrelaçados.

De modo que, quando a gente discute o tema da CSW, da 68ª sessão, que é a eliminação da feminização da pobreza, a gente está discutindo a mudança de poder econômico de um grupo. Mas também a gente está discutindo a melhora da visibilidade das demandas desse grupo e como dismantelar preconceitos, porque medidas de redistribuição de bens e recursos não são apenas necessárias para se alcançar o acesso à renda e a recursos materiais. Através desse acesso é possível mudar preconceitos e estereótipos, no caso de raça, de gênero na sociedade.

Há um grande debate que está em curso atualmente, e eu queria focar em minha fala a questão da economia do cuidado, um dos temas que o Brasil escolheu para o G20, porque ele discute justamente a divisão sexual do trabalho. E a divisão do trabalho, no Brasil, sempre prejudicou mais as mulheres negras. Só para vocês terem uma ideia, a gente tem a CLT, que é a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, mas os direitos das trabalhadoras domésticas só vieram em 2015, e só depois de 2015, em 2018, o Brasil conseguiu entrar em uma Convenção sobre Trabalho Doméstico, na OIT.

Então, nesse sentido, definir o cuidado como um direito humano, como a necessidade e como um trabalho a ser valorizado, e como um direito humano a ser também garantido pelo Estado e a ser compartilhado pela sociedade, é algo que nunca tinha sido discutido no âmbito internacional. A gente vê essas discussões

tanto aqui nessa cidade (Nova York), quanto também no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Em outubro, o Grupo de Buenos Aires, que é um grupo de 15 países latino-americanos em que o Brasil discute essas questões, fez uma declaração de ministras e altas autoridades sobre a questão do cuidado e dessa divisão sexual do trabalho. A gente acha que essa discussão, além de ter a ver com gênero, tem muito a ver com raça, porque a gente sabe que quando as mulheres têm uma condição um pouco melhor, elas delegam esse trabalho, que é um trabalho mal pago, para as mulheres negras.

Para terminar, esse debate que eu acho que todo mundo tem que se apropriar, sobretudo Geledés, que é uma organização de mulheres negras, e que a participação do Brasil nesse fórum expressa um compromisso do país em enfrentar os desafios que estão sendo discutidos nessa instância, e também impulsiona um avanço de adoção de leis, políticas e mecanismos que contribuam para dar expressão a esses compromissos.

Eu costumo dizer que a atuação internacional, seja da sociedade civil, seja do Estado, tem um efeito bumerangue, porque muitas vezes a sociedade civil se mobiliza em um fórum internacional, em um espaço público de discussão global, e depois traz esse debate internamente para o Brasil.

Foi assim, por exemplo, com o Estatuto de Igualdade Racial, em 2010, que foi um dos frutos da Conferência de Durban, em 2001, que deu vários frutos no Brasil, como a discussão das políticas de ações afirmativas, das políticas de cotas, a política, inclusive, do Instituto Rio Branco, que foi o primeiro a trazer uma política de ação afirmativa em 2002, da bolsa que eu fiz parte, o Programa de Ação Afirmativa. Então, assim, a gente parabeniza a sociedade civil que participa junto e também dialoga com o Estado nesses espaços internacionais e a gente espera que isso tenha realmente um efeito bumerangue, que isso volte a ser mobilizado internamente no Brasil.

Agora, sobretudo, com essa discussão sobre o trabalho de cuidado e a divisão sexual do trabalho, que também é racializada.

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark blue border and a dark blue quote mark inside. A vertical line extends upwards from the top of the bubble.

NILZA IRACI

Quero me solidarizar, em nome de Geledés e em nome pessoal, com a ministra Anielle Franco, nesse momento difícil, de ter que lembrar Marielle e mais um ano da sua perda. E dizer para ela que todas nós mulheres, negras ou não, perdemos com o assassinato de Marielle. E que continuamos, sem trégua, na busca por justiça. E a gente não vai parar até que tenhamos a resposta sobre quem mandou matá-los, Marielle e Anderson.

Antes de entrar no tema desse debate paralelo, que acontece na CSW, gostaria de fazer um breve resgate. Nós, mulheres negras, sempre tivemos presença nos espaços internacionais. E acho muito importante para as jovens que estão chegando, que tudo é muito novidade, dizer que nós sempre tivemos presença.

Nós começamos na 3ª. Conferência de Mulheres, em Nairobi, com a Benedita (da Silva) e a Lélia Gonzalez. Elas abriram a porta e, desde então, nós tivemos presença em todas as conferências da ONU nas últimas décadas. Só de Beijing são 30 anos.

Feito o resgate, sobre o tema em debate, porque é importante que a gente trate especificamente dele para as mulheres afrodescendentes. Isso porque equivocadamente somos tratadas como minorias, quando as mulheres negras são o maior grupo populacional brasileiro. São 60,6 milhões de mulheres afrodescendentes que respondem por mais de 28% da população total do Brasil. Se as mulheres negras brasileiras fossem um país, seria um país pouco maior que as populações da Colômbia e 27 vezes maior que a Jamaica.

É nessa qualidade de minoria que nós somos tratadas. Em meio a condições adversas, trabalhadores e trabalhadoras afrodescendentes, especialmente mulheres, geralmente enfrentam discriminação regular no mercado de trabalho, recebem baixos salários, têm menor acesso a boas oportunidades de promoções e são menos beneficiadas durante o crescimento econômico, sendo mais vulneráveis a demissões durante a retração econômica. Por outro lado, quando buscam o chamado empreendedorismo têm mínimo acesso ao crédito.

Trabalhadoras afrodescendentes empreendem com taxas mais altas de informalidade e desemprego em comparação a trabalhadoras e trabalhadores brancos. Estudos mostram que a maioria da população afrodescendente, sobretudo as mulheres, é deixada à margem pelo descaso mercadológico do empreendedorismo, tornando-se solitárias na busca por promoções para seus desafios sociais, implicando em um não usufruto das garantias e direitos que lhes são devidos. O empreendedorismo aqui se torna sinônimo de precarização do mercado de trabalho.

Mulheres afrodescendentes enfrentam interseções únicas de discriminação e marginalização, baseadas em sua raça e gênero. Ao capacitar economicamente as mulheres afrodescendentes, não estamos apenas desafiando estereótipos e preconceitos profundos, mas também reconhecendo o papel fundamental que essas mulheres desempenham na sociedade e particularmente em suas comunidades.

Ao promover a emancipação econômica, os Estados estarão investindo no desenvolvimento de todo o tecido social, uma vez que as mulheres negras são agentes de mudança e têm o poder de transformar as suas comunidades de dentro para fora.

Portanto, os esforços para promover a igualdade de gênero e raça devem se concentrar efetivamente na promoção das mulheres afrodescendentes, reconhecendo e valorizando suas contribuições únicas e a resiliência diante de adversidades históricas e contemporâneas.

E esse é um passo crucial para abordar a desigualdade racial e de gênero existentes, principalmente, na realidade do Sul global. Nós não podemos aqui repetir aquele erro antiquado dos economistas de ver o progresso material como o único motor do bem-estar coletivo, sem considerar diferentes modelos de desenvolvimento econômico determinados pelo processo produtivo e como a riqueza material é produzida e distribuída.

A consolidação de um Estado democrático e republicano demanda que mulheres negras sejam reconhecidas como sujeitas de direito e aplicados na íntegra todos os dispositivos constitucionais. Nós não queremos ser incluídas, nós queremos fazer parte, nós não queremos política de governo, nós queremos política de Estado.

Nesse sentido, é importante que os Estados, particularmente em todos os níveis, juntamente com entidades relevantes do sistema das Nações Unidas, organizações internacionais, regionais, bilaterais, especialmente bancos públicos de desenvolvimento, tendo seus respectivos mandatos em consideração às prioridades nacionais, se voltem em colaboração e com o envolvimento das sociedades, se juntem para mudar esse estado de coisas.

Finalmente, eu queria reforçar que garantir o direito à vida, à dignidade humana da população negra em geral, e das mulheres negras em particular, pressupõe, por parte de todas as pessoas que acreditam na verdadeira democracia, o enfrentamento concreto do racismo patriarcal cis-hétero-normativo, que impede que nossas vidas sejam tratadas com dignidade, respeito, livres de qualquer discriminação e interdição.

Para conquistarmos as transformações que desejamos, é preciso acreditar ou continuar acreditando que a nossa luta é o motor gerador de mudanças para um efetivo bem-viver. Dizem que isso é utopia, e se isso é utopia, nós queremos utopia e não fazemos por menos.

A vertical line descends from the top of the page to a speech bubble containing a large blue quotation mark. The speech bubble is white with a blue border and a drop shadow.

ANIELLE FRANCO

Quero saudar toda a equipe do Geledés, em nome da sua fundadora e uma das minhas maiores referências intelectuais, Sueli Carneiro, e saudar todo mundo que está aí presente ou nos assistindo. Eu não pude estar presencialmente com vocês, por questões que, infelizmente, todo mundo conhece, mas eu precisei ficar no Brasil para dar um suporte à minha família, nessa semana, que desde 2018 é uma semana de muita dor. Então a gente precisou estar juntas pra conseguir resistir e seguir lutando por justiça.

Mas eu fiz questão de gravar esse vídeo como forma também de participar dos debates da sessão anual da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), que é a maior reunião anual das Nações Unidas sobre a igualdade de gênero e também sobre o empoderamento das mulheres. Sobretudo, estar nos debates com o Geledés, pensando em estratégias para o empoderamento econômico da mulher negra, que me impacta diretamente.

Esse ano o tema da CSW é acelerar a promoção da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas, combatendo a pobreza, reforçando o financiamento sensível ao gênero.

A gente pode dizer que esse é um tema muito conectado à agenda do governo federal e, conseqüentemente, também do Ministério da Igualdade Racial. Na semana passada, a gente teve no lançamento do relatório do PPA transversal, Agenda Mulheres, e falava muito sobre a transversalidade das políticas múltiplas. O orçamento deve ser instrumento para mudanças e, nessa lógica, a gente tem que considerar todos os marcadores que promovem a desigualdade.

Não dá para falar de uma mulher universal. A gente precisa deixar visível a diversidade que compõe a gente, de raça, de classe, de orientação sexual, idade, território, enfim. E, como muito bem diz Sueli Carneiro, é impossível a gente tratar da temática da emancipação das mulheres sem tratar da temática negra.

Esse plano governamental vai ficar marcado qualitativamente pela transversalidade das propostas temáticas, obviamente, mas também pela ampla participação social na condução dos processos e por enxergar os instrumentos orçamentários como ferramentas para a construção de políticas públicas mais democráticas, justas e igualitárias.

A gente está falando das mulheres, das pessoas negras, de todos os grupos que precisam estar visíveis no orçamento público tendo suas demandas conectadas às questões da vida real que precisam ser superadas.

Vamos dar aqui alguns exemplos concretos. O combate à disparidade econômica de gênero e raça está previsto no Estatuto da Igualdade Racial e, por isso, é um eixo estruturante das ações do Ministério da Igualdade Racial.

Por isso, firmamos uma parceria junto à Fundação Banco do Brasil, um edital de seleção pública de projetos de empoderamento socioeconômico das mulheres negras, que vai disponibilizar R\$ 12 milhões para ações voltadas às mulheres negras nas cidades e nos campos e em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Nós sabemos como muda a nossa vida quando a gente é vista e tem a oportunidade de empreender, de ter trabalho e renda, de construir dignidade.

Outra parceria é o programa de cooperação técnica junto ao Sebrae que entre os objetivos do plano de trabalho demanda formações sobre empreendedorismo para jovens negras.


A gente entende o fortalecimento acadêmico como caminho do empoderamento econômico. E nesse aspecto, a gente lança o programa Atlânticas -- Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, com o objetivo de ampliar a participação de mulheres negras, ciganas, quilombolas, indígenas na ciência, por meio de concessão de bolsas no exterior, sendo elas bolsas sanduíche, de doutorado e de pós-doutorado. Essa é uma potente parceria do Ministério da Igualdade Racial com o Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas, e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com o apoio do CNPq.

A gente tem um outro projeto voltado à educação. Lançamos também bolsas de estudo na área da pós-graduação para carreiras da diplomacia e da advocacia, além do programa de intercâmbio com universidades da América Latina e da África.

Aprovamos a nova lei de cotas nas universidades, incluindo a juventude quilombola, que para a gente isso foi um grande parto e uma grande vitória.

Há ações também no âmbito da Juventude Negra Viva e tenho o orgulho em dizer que a gente vai lançar no final deste mês o maior programa federal para enfrentar a letalidade das nossas juventudes negras. Esse programa contém vários eixos de atuação conjunta voltados à promoção dos direitos das mulheres negras, como, por exemplo, o letramento racial para a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, estudos e pesquisas para melhorar a produção de dados e análise e produção de conhecimento sobre violências contra as juventudes negras; atenção às mulheres em situação de prisão; garantia de atendimento pela rede de atenção às jovens negras em situação de violência doméstica e familiar; acesso aos direitos sexuais reprodutivos em face de violências.

A gente celebra também o Memorando de Entendimento em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas para a cooperação técnica para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos dos jovens negros.



Outra atuação muito relevante é a construção do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios, coordenado pelo Ministério das Mulheres da ministra Cida Gonçalves. Nós conseguimos inserir circunstâncias específicas que envolvem as mulheres negras.

São muitas ações e quero que contem conosco, com o Ministério da Igualdade Racial, que a gente sabe que é uma conquista para a sociedade, para a democracia como um todo e é uma luta histórica do movimento negro e do povo negro. Passado, presente e futuro se combinam aqui, uma potência que nos fortalece para libertar a todas nós. Como diz a Angela Davis, a gente precisa se esforçar para erguermos enquanto subimos. Ou seja, a gente deve subir de modo a garantir que todas as pessoas, irmãos, irmãs, subam conosco. Estou em pé, estou ministra da Igualdade Racial e sei exatamente o tamanho da minha responsabilidade, pois ela é do mesmo tamanho do meu compromisso, da minha trajetória com a luta pelos direitos para a população negra, das mulheres plurais e da emancipação.

A agenda da igualdade de gênero e raça para o Brasil vem de longe, da força ancestral que guia as mulheres de ontem, de hoje e do amanhã.

Finalizo desejando a todas que tenham aí um excelente colóquio, que promovam importantes articulações, avanços e conhecimentos. Agradeço muito a esse espaço.



”

BENEDITA DA SILVA

O desafio que está colocado aqui para nós, da CSW, é aquilo que nós já temos tido em toda a nossa vida, em todo o nosso tempo de militância, é poder estar assistindo também um pouco do resultado. Por exemplo, eu estou como a mais velha de vocês, assistindo o resultado de toda a trajetória, de toda essa luta de cada uma de nós.

Vemos uma militância política da primeira-dama, a gente está encontrando isso agora. Não é uma militância eleitoral, é uma militância com conteúdo, se colocando a serviço da nação brasileira, no seu papel de primeira-dama. E digo isso porque é verdade. Nós temos que apoiar, que dar a mão e dizer porque a (ministra) Cida precisa, a (ministra) Anielle precisa, a (ministra) Esther precisa, todas as mulheres que estão no governo precisam sim, e eu acho que a Janja tem dado essa assistência e isso para nós é muito importante.


Eu sempre acho que o empreendedorismo feminino era no meu tempo de camelô. Vocês sabem que eu uso frases bem comuns, no tempo de camelô que a gente comprava o produto e a gente pensava que vendia e eles pensavam que compravam. Porque a gente tinha que pagar o mesmo valor que pagavam as lojas e eles ainda atribuíam a nós o fato de que nós não pagávamos imposto. Como não pagávamos? Se o imposto é direto no produto que se comprava.

Então é preciso que a gente fale do nosso empreendedorismo baseado, primeiro, no que demanda o mercado feminino, porque a primeira coisa que nós, somos nós mesmas. Então, como não empoderar? Hoje, tivemos uma reunião em que a Avon estava lá. Eu fui vendedora da Avon, mas não fiquei rica, não consegui acertar a minha vida, não consegui comprar uma casa, não consegui fazer nada, mas trabalhei e fui vendedora da Avon.

Então, o empreendedorismo hoje, e principalmente para as mulheres negras que enfrentam uma situação tremenda, não é possível que nós não tenhamos esse recorte.

Isso eu não posso me queixar do Brasil neste momento. As políticas têm sido políticas com recorte, mas nós precisamos estimular e incentivar. Nas mesas em que nós estamos na ONU, nós temos que colocar essa questão, porque até agora, das várias mesas que eu já participei, eu só ouvi uma vez falar em política de recorte racial.

E não é possível que nós, que estamos tratando principalmente da questão da reforma das relações de trabalho, nós estamos falando da proteção social com equidade, nós estamos falando de empreendedorismo, nós estamos falando de política fiscal progressiva, nós estamos falando da



economia do cuidado e de ter transversalidade das mulheres negras. Se nós estamos falando de mulheres, é porque nós sabemos que no mundo, principalmente no nosso país, o Brasil, temos a maior população negra feminina.

Então, é preciso que a gente também ajude os outros países, principalmente dentro da América Latina, para que possamos ter aliados e aliadas e a gente avance no produto que nós queremos passar, o produto político, o produto ideológico, a participação maior das mulheres na política. Nós precisamos ocupar esse espaço. Acho que esse momento, em que nós falamos da questão do crescimento econômico, ele tem que ser inclusivo, inclusivo em todos os sentidos.

Quando nós temos uma política que vai beneficiar quem tem filhos, nós devemos computar isso como sendo um momento também de espaço constituído para estudar, para ter um trabalho melhor, um salário melhor, porque essa coisa de salário mínimo não dá para ninguém viver.

Então, não é possível que não se tenha uma política que garanta. Evidentemente, eu digo isso, porque já há uma problemática lá no Congresso Nacional de salário igual para trabalho igual. Então é preciso que entendamos o momento político de nosso país para que o empoderamento da mulher se dê com a inclusão financeira. Porque eu digo que a militância nós já temos, projetos nós já temos, nós precisamos de políticas públicas de Estado e de inclusão financeira. O resto é com a gente.

PARTE 2

UMA SEMANA APÓS ESSE EVENTO, GELEDÉS -INSTITUTO DA MULHER NEGRA REALIZOU O EVENTO “ESTRATÉGIAS PARA O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES AFRODESCENDENTES” EM WASHINGTON, DC, NA SEDE DA MISSÃO DA COLÔMBIA JUNTO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.

Em parceria com a Missão Brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Missão Colombiana na OEA, Geledés – Instituto da Mulher Negra promoveu no dia 21 de março de 2024, em Washington, DC, EUA, o encontro “Estratégias para o empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes”.

O objetivo deste encontro foi discutir a mesma temática discutida em Nova York na semana anterior, só que agora marcando o dia em que a OEA promoveu atividades para celebrar o dia 21 de março, instituído pelas Nações Unidas como Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A discussão se deu no contexto de América Latina, em consonância com o documento de Consenso de Montevidéu, que incluiu, em 2013, mais de 120 medidas sobre oito temas identificados como prioritários para dar seguimento ao Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) das Nações Unidas, entre eles a igualdade de gênero e os direitos dos povos afrodescendentes, combate ao racismo e à discriminação racial.

Participaram presencialmente deste encontro o embaixador Luís Ernesto Vargas, Representante Permanente da Colômbia junto à Organização dos Estados Americanos (OEA); embaixador Benoni Belli, Representante Permanente do Brasil junto à OEA; Maricarmen Plata, secretária de Acesso a Direitos e Equidade (SADE) da OEA; Ana Míria Carinhonha, diretora de Ações Governamentais do Ministério da Igualdade Racial do Brasil; Beatriz Piñeres, especialista da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM); Judith Morrison, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Yirlehan Ramirez Murillo, presidente da Aliança Global de Mulheres Afrodescendentes e Indígenas Empreendedoras na Colômbia.

Virtualmente fizeram parte da reunião Roberta Clarke, presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); Gaynel Curry, membra do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes da ONU e Marcelo Paixão, economista e professor na Universidade do Texas, em Austin. A mediação ficou a cargo de Maria Sylvia de Oliveira, coordenadora de Geledés na área de Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.


O embaixador Luis Ernesto Vargas destacou os avanços históricos no país com a eleição da vice-presidenta Francia Márquez Mina, da chanceler e ex-embaixadora afrodescendente, e de outras lideranças negras. Enfatizou que essas nomeações são marcos de igualdade de oportunidades, sobretudo para mulheres negras, e refletem o compromisso do governo colombiano com a redução das desigualdades econômicas e sociais. Ressaltou que o país tem uma dívida histórica com a população afrodescendente e defendeu que os espaços de diálogo interamericano devem inspirar ações que conduzam à democracia real e emancipação plena.

O embaixador Benoni Belli, lembrou que o Brasil, maior país negro fora da África, carrega o legado não superado da escravidão e da estrutura social discriminatória. Reconheceu a invisibilização da maioria negra brasileira e defendeu políticas públicas interseccionais que enfrentem de forma integrada raça, gênero, deficiência e outros marcadores de exclusão. Ressaltou que a mudança social precisa incluir ações afirmativas voltadas às mulheres afrodescendentes e que a diversidade é não apenas um imperativo ético, mas também um vetor de desenvolvimento econômico.

Maria Sylvia de Oliveira alertou para os riscos da narrativa neoliberal de empreendedorismo que ignora o contexto estrutural de desigualdades que afetam as mulheres afrodescendentes. Denunciou a intergeracionalidade da pobreza e a exclusão das afrodescendentes de estratégias reais de emancipação econômica. Ressaltou que as mulheres negras são o grupo mais vulnerável das Américas e que a luta antirracista é indissociável da luta feminista. Defendeu a necessidade de políticas públicas com foco em redistribuição, visibilidade e reconhecimento dos direitos dessas mulheres.

Roberta Clark apresentou dados alarmantes sobre o desemprego e a informalidade entre as mulheres afrodescendentes. Denunciou que a herança colonial perpetua a segmentação racial e sexual do trabalho, mantendo as mulheres negras nos postos mais precários, como o trabalho doméstico. Apontou que elas sofrem múltiplas formas de violência – física, econômica, institucional – com alta impunidade. Defendeu políticas públicas com perspectiva de interseccionalidade, garantia de acesso a terra, crédito e proteção social, e destacou que o empoderamento econômico é essencial para a superação do racismo sistêmico.

Gaynel Curry resgatou a importância histórica da Década Internacional dos Afrodescendentes e cobrou mais compromisso dos Estados para uma segunda década com foco em resultados. Destacou a inclusão das afrodescendentes nos relatórios da CEDAW em certos países, mas em países do Caribe não, e também a sua ausência nos planos orçamentários nacionais e, pior, na Agenda 2030 das Nações Unidas.



Apontou a centralidade da coleta de dados desagregados, o enfrentamento à violência interseccional, e o acesso a recursos produtivos e financiamento como medidas estruturantes. Alertou para os efeitos da crise climática sobre comunidades negras e para o risco de marginalização contínua em nome da reconstrução pós-desastres.

Maricarmen Plata rememorou a história invisibilizada das mulheres afrodescendentes como agentes econômicas desde o período da construção do Canal do Panamá, exemplificando como o trabalho informal e os serviços prestados por essas mulheres foram sistematicamente apagados das narrativas oficiais. Ressaltou a importância da cooperação regional para o avanço dos compromissos interamericanos com o combate ao racismo. Destacou que o Plano de Ação da OEA 2016-2025 precisa ser implementado com mais intensidade, e reforçou que não há desenvolvimento sem reconhecimento e justiça.

Ana Míria Carinhanha afirmou que não é possível tratar de empoderamento econômico de mulheres negras sem compreender as raízes estruturais do racismo e do patriarcado. Citou estudos que mostram que políticas universais muitas vezes falham ao não considerar seus efeitos específicos sobre mulheres negras. Apresentou como boa prática o compromisso voluntário do Brasil com o ODS 18, defendeu o direito à escuta dos sujeitos subalternizados, e propôs a transversalidade interinstitucional e intersetorial como chave para construir políticas eficazes.

Marcelo Paixão abordou as origens e persistências da ideologia eugênica na América Latina, apontando que o discurso da mestiçagem operou como uma forma sutil de reforçar o branqueamento como ideal de progresso. Denunciou o racismo epistêmico presente nas teorias do desenvolvimento e destacou que as populações afrodescendentes e indígenas são ainda tratadas como obstáculos à modernidade. Argumentou que o empoderamento econômico requer o enfrentamento do epistemicídio e o reconhecimento dos modelos alternativos de produção e desenvolvimento presentes nas comunidades negras.

PARTICIPANTES DO EVENTO “ESTRATÉGIAS PARA O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA MULHER AFRODESCENDENTE”:

Embaixador Luís Ernesto Vargas

É Representante Permanente da Colômbia junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Embaixador Benoni Belli

É Representante Permanente do Brasil junto à OEA.

Roberta Clarke

É presidenta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Na ONU, liderou os escritórios regionais da ONU Mulheres na África Oriental, Austral, Ásia-Pacífico, Caribe e Líbia.

Maricarmen Plata

É secretária de Acesso a Direitos e Equidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), cargo que ocupa desde março de 2021.

Judith Morrison

Assessora Sênior para Desenvolvimento Social na presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ana Míria Carinhanha

É diretora de Ações Governamentais no Ministério da Igualdade Racial do Brasil. Integrou a equipe da Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas.

Beatriz Piñeres

É especialista da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) para as áreas do empoderamento econômico, transversalidade de gênero e fortalecimento institucional tanto no âmbito da OEA quanto em apoio aos Estados-membros.

Gaynel Curry

Membra do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes da ONU. Foi diretora do Departamento de Gênero e Assuntos de Família do Ministério de Serviços Sociais e Desenvolvimento Urbano das Bahamas.

Yirlehan Ramirez Murillo

Líder ativista colombiana e presidenta da Aliança Global de Mulheres Afrodescendentes e Indígenas Empreendedoras.

Marcelo Paixão

Economista, doutor em Sociologia, é professor associado da Universidade do Texas, em Austin, afiliado ao Departamento de Estudos da Diáspora Africana e ao Instituto Teresa Lozano Long de Estudos Latino-americanos.

Maria Sylvia de Oliveira

É coordenadora de Geledés na área de Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Todos os cargos acima correspondem à época do evento

SEGUER ABAIXO A ÍNTEGRA DAS FALAS DAS PAINELISTAS DO ENCONTRO “ESTRATÉGIAS PARA O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA MULHER AFRODESCENDENTE”

”

EMBAIXADOR LUÍS ERNESTO VARGAS

O governo da Colômbia, liderado pelo presidente Gustavo Petro, e orgulhosamente por nossa vice-presidenta Francia Marquez Mina, que se orgulha de ser uma afrodescendente, e é também um orgulho para a Colômbia, expressaram permanentemente e desde que chegaram ao governo, o apoio às políticas e aos programas que são indispensáveis e foram impulsionados para reduzir as desigualdades econômicas e sociais que enfrentam as comunidades afrodescendentes.

De fato, pela primeira vez em nossa história, tivemos, em primeiro lugar, uma vice-presidenta afrodescendente, uma embaixadora nos Estados Unidos afrodescendente, hoje chanceler da República, a consulesa Cândia Oveso, que também é orgulhosamente afrodescendente, uma pessoa muito importante para a Academia Colombiana, e que nos acompanha hoje.

Tudo isso implica em igualdade de oportunidades, porque realmente é isso que procuramos quando damos espaços que merecem às pessoas afrodescendentes, e mais do que tudo, às mulheres, a todos os grupos étnicos, incluindo-as, obviamente, em tudo o que tem a ver com acesso à educação, à política, ao desenvolvimento, ao social, à saúde, tudo o que tem merecido ao longo de nossa história, mas que, lamentavelmente, tem lhes sido negado.

Historicamente, temos uma dívida muito grande, realmente são centenas de anos de dívida, e é necessário que comecemos a cumpri-la.

Na verdade, o diálogo que desenvolvemos, espero que inspire ações, caminhos, para enfrentarmos os desafios pendentes, sempre em busca do desenvolvimento sustentável. Para que possamos, antes de mais nada, alcançar uma democracia profunda, uma democracia que realmente se pode dizer que assim o é. Para que possamos estar em pé de igualdade e que haja uma emancipação, para sempre, da comunidade afrodescendente.

EMBAIXADOR BENONI BELLI

”

Temos um novo período de discussão substantiva sobre esse tema tão importante para o Brasil, também para a Colômbia e vários outros países Estados-membros da OEA.

O Brasil hoje retoma esse sistema de direitos humanos, sobretudo a questão dos afrodescendentes, como uma prioridade nacional brasileira do governo e da sociedade civil. O Brasil é o maior país negro fora da África. Então, apesar dessa maioria negra que temos no Brasil, é uma maioria invisibilizada e precisamos dar visibilidade às suas reivindicações, suas dificuldades, seus desafios.

O Brasil, infelizmente, ainda é um país marcado por uma estrutura social hierárquica e discriminatória, um legado que trazemos desde a escravização, que nunca foi superado, mas que estamos lutando através de políticas públicas e em aliança com a sociedade civil para mudar.

A palavra é mudança, mudança social. É a mudança que faz muito mais importância e talvez mais eficácia se atuamos sobre a questão da mulher, da mulher negra, com um olhar sempre interseccional para essas discriminações acumuladas. Se compararmos um empresário branco com um empresário negro, o negro certamente tem muito mais dificuldades, muito mais obstáculos. Mas se colocarmos ainda a perspectiva de gênero, veremos que esse sentimento de exclusão, essa discriminação, se multiplica. E se agregarmos ainda outros fatores, como por exemplo a pessoa com deficiência, aumentaremos exponencialmente as dificuldades.

Então, realmente, temos hoje a oportunidade de sentir intuitivamente não tanto os obstáculos, as dificuldades, que são já até conhecidas, embora não sejam sempre lembradas, mas também de aprender um pouquinho com as boas práticas, explorar ideias, para que possamos gerar uma mudança social tão necessária e urgente.

Uma vez vi um estudo que dizia que países, empresas mais diversas, sobretudo, são mais competitivas, mais eficientes. Então, para além da questão da justiça social, da justiça de garantir a igualdade, que é fundamental e seria já suficiente para se empreender essa luta, o fato é que isso gera ganhos econômicos, crescimento econômico e prosperidade para as sociedades, para as famílias, para todos os envolvidos, para o país inteiro. Acredito que temos hoje a possibilidade de explorar também esse lado. E é uma visão um pouco pragmática, mas também necessária, de gerar justiça com prosperidade.

MARIA SYLVIA DE OLIVEIRA

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark blue border and a dark blue shadow. Inside the bubble are two large, dark blue quotation marks. A vertical dark blue line extends upwards from the top of the bubble.

É muito importante para nós a oportunidade de fazer este diálogo sobre o empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes nesta semana em que a Organização dos Estados Americanos (OEA) promove atividades em celebração ao 21 de março, instituído pela ONU como o Dia Internacional de Eliminação da Discriminação Racial.

Para nós, em Geledés, é uma oportunidade para debater o impacto das questões fundamentais relacionadas à invisibilidade da raça, como já falou o embaixador Belli.

Quando falamos em gênero, refletir sobre pobreza intergeracional, apresentar nossas preocupações com os desafios para a construção de estratégias que possibilitem a emancipação econômica e financeira de mulheres afrodescendentes, fugindo da armadilha da narrativa mercadológica do empreendedorismo, que não tem conexão com a realidade social dessa parcela da população.

Em Geledés, seguimos em nossos esforços de visibilizar as enormes desigualdades que impactam a vida de mulheres afrodescendentes, ou seja, entendemos que não é possível discutir gênero sem pensar também a perspectiva de raça.

Dentre os grupos sociais mais vulneráveis estamos nós, as mulheres negras, com um grande contingente populacional nas Américas. O comprometimento com a emancipação econômica para se alcançar o empoderamento de mulheres afrodescendentes é um passo de extrema importância para eliminarmos a desigualdade racial e de gênero existente principalmente na realidade do Sul global, e o fomento ao debate sobre a emancipação econômica dessas mulheres está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como o Consenso de Montevidéu sobre população e desenvolvimento.

Assim, os objetivos deste evento são promover o diálogo sobre estratégias eficazes para a emancipação econômica das mulheres afrodescendentes, conscientizar sobre a invisibilidade da raça nas questões de gênero e os desafios enfrentados por mulheres afrodescendentes, destacar a emancipação econômica como catalisador para a igualdade, inspirar ações práticas para superar as barreiras que limitam o desenvolvimento e a participação das mulheres afrodescendentes no desenvolvimento econômico.

ROBERTA CLARK

”

Quero falar sobre as mulheres afrodescendentes em sociedades racializadas historicamente, como temos nas Américas e no Caribe, e especial onde elas podem ser uma população de minoria étnica, experimentando discriminação, marginalização econômica, social e violência. Isso é derivado, como os palestrantes antes de mim disseram, da interseção de discriminação baseada na identidade, em grande parte no gênero e na origem étnico-racial. Não há saída de nossa história nas Américas e no Caribe, que continua lançando sombras nas vidas de afrodescendentes na região.

Mas muito mudou em razão da resistência à colonização nesta região, à rejeição do racismo e à assertividade em relação à igualdade de gênero. Portanto, tivemos progresso e algumas mudanças, mas essas desigualdades interceptadas continuam interrompendo os esforços das mulheres afrodescendentes para acessar seus direitos. A persistência da discriminação explica a participação desigual e descompensada na força de trabalho. Explica o acesso restrito à saúde e serviços, incluindo a saúde sexual e reprodutiva. Explica sua sub-representação na decisão pública e política e também seu risco maior de se tornar uma vítima da violência associada à impunidade.

Temos algumas estatísticas que contêm parte da história da discriminação estrutural. Sei que muitos de vocês conhecem essas estatísticas, mas acredito que elas sejam repetidas pela profundidade de seu significado. De acordo com um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em cinco países na América Latina, as mulheres afrodescendentes são o segmento da população com o maior nível de desemprego. Em três desses países, o nível de desemprego é duas ou até mais vezes maior do que o nível dos homens não afrodescendentes.

Não só há uma divisão sexual de trabalho, mas também há uma divisão de trabalho baseada em raça. E essa interseção de raça e sexo na divisão de trabalho, herdada dos tempos coloniais, levou à normalização da presença das mulheres afrodescendentes nas posições mais baixas e com os menores salários no mercado de trabalho. Para ilustrar, entendo que há cerca de 14,8 milhões de trabalhadores domésticos nas Américas, sendo que 91% deles são mulheres, a maioria mulheres afrodescendentes e indígenas.

Trabalhadores domésticos geralmente são caracterizados por baixos salários, pouca segurança no trabalho, sendo que ficam fora da proteção social e segurança, uma vez que esse trabalho se dá nos confinamentos da casa, em que as trabalhadoras domésticas podem ficar isoladas e correrem o risco de exploração e dano físico, incluindo o assédio sexual.

Mulheres afrodescendentes também recebem baixos salários devido às perpétuas diferenças em educação e mercado de trabalho. De acordo com o Departamento de Trabalho dos EUA, mulheres negras nos Estados Unidos recebem 63 centavos por cada dólar a menos do que ganham homens brancos e não-hispânicos. Indicadores como este, sobre as desigualdades no mercado de trabalho, somados ao prejuízo do cuidado que as mulheres afrodescendentes precisam ter em relação às suas casas e famílias, explicam os níveis mais altos de pobreza entre as famílias afrodescendentes, sejam mulheres ou homens.

Outros fatores também compõem a experiência de impactos danosos às afrodescendentes, como orientação sexual, identidade de gênero, expressões de gênero, status de HIV, se vivem em setores urbanos ou rurais, o status de refugiadas ou a busca por asilo também compõem fatores agregados, ou ainda quando se encontram em situações de conflitos armados.

Há outras áreas ainda que se somam aos impactos sofridos pelas afrodescendentes. Só o fator de refutar a violência já expõe mulheres afrodescendentes a danos. Por exemplo, a Comissão recebeu informações de que afro-colombianas e lésbicas sofreram violência por conta da orientação sexual, incluindo violência sexual como uma chamada de “correção” em uma situação exacerbada dentro da realidade dos conflitos armados.

A Comissão observa com preocupação a informação apresentada pela sociedade civil sobre discursos que encorajam violência, preconceito e ódio. Neste sentido, em 2018, a Comissão condenou o assassinato de Marielle Franco, uma afrodescendente que defendia os direitos humanos, e que guiou o Ofício Público de Conselhos de Mulheres no Rio de Janeiro, denunciando o excesso de uso de força policial e o racismo institucional no sistema de justiça.

Sendo assim, a Comissão chamou atenção sobre uma pesquisa de organizações da sociedade civil na Colômbia, que informa sobre os ataques totais contra líderes comunitários em 2018, uma vez que 15% correspondiam a mulheres afrodescendentes e 9% às indígenas. Portanto, empoderamento econômico, ou seja, acesso à educação de qualidade, serviços sociais, segurança social e garantias de não-discriminação, são componentes essenciais para se eliminar o racismo sistêmico e para avançar em uma vida decente, livre de opressão, e paz.

Este é também um caminho para o desenvolvimento econômico inclusivo em países com populações afrodescendentes. A Comissão nota a existência de avanços em aumentar a representação política das afrodescendentes e celebramos esses avanços na representação delas em altas posições governamentais na região. Ao celebrá-las, sabemos que isso não é o suficiente numericamente, e também não é indicativo do fim do racismo estrutural. O que se torna necessário é uma variedade de políticas públicas que tenham a contribuição e participação significativa de mulheres afrodescendentes e que sejam implementadas diligentemente para prevenir a discriminação e promover acesso à justiça efetiva e contínua, incluindo reparações e garantias de não-repetição.

A Comissão desenvolveu os padrões relacionados aos direitos sociais e econômicos das mulheres afrodescendentes e pediu aos Estados da região que adotassem políticas públicas com um apoio intercultural e de gênero. A Comissão nota que vários países implementaram planos nacionais para o desenvolvimento das populações afrodescendentes, que possuem o potencial de avançar positivamente os direitos humanos implementando ações afirmativas e proporcionando reparações amplas em favor de grupos raciais étnicos, historicamente expostos à discriminação.


Políticas públicas, acreditamos, devem garantir gastos e investimentos adequados em educação de qualidade universal e saúde de qualidade, alcançando as populações historicamente marginalizadas, como as afrodescendentes. Sabemos também que a proteção social é fundamental para garantir o trabalho decente e deve ser estendida aos trabalhadores que estão no setor informal, onde muitas mulheres afrodescendentes predominam. O Estado tem obrigações de proteger os trabalhadores, garantindo que os atores não-estatais e os empregados sejam regulados através de provisões de salários mínimos e de fluxo de proteção social e de práticas de emprego não-discriminatórias.

O Estado também deve garantir acesso igual a recursos produtivos, terra, crédito e tecnologia. Nas comunidades afrodescendentes, as mulheres enfrentam desafios específicos em relação à propriedade da terra. O financiamento dos direitos da terra para essas comunidades deve também garantir propriedade formal e controle sobre os recursos de terra para as mulheres afrodescendentes.

No entanto, a própria propriedade da terra não garante empoderamento econômico, vivência e sustentabilidade. Nossa comissária na Comissão Interamericana, Denise, quem faz o relatório sobre os direitos dos afrodescendentes e sobre as medidas contra a discriminação racial, advoga a promoção de estruturas de governança relacionadas à terra que empoderem as mulheres a participar de decisões relacionadas ao manejo, ao uso e alocação da terra. Ela convoca à facilitação do acesso das mulheres aos recursos financeiros e ao crédito para investir em atividades relacionadas à terra, à agricultura e ao desenvolvimento de pequenas e grandes empresas ligadas à indústria agrícola.

Devemos também reconhecer e apoiar mulheres afrodescendentes que estão à frente da defesa dos Direitos coletivos de terra e contra os chamados “projetos de desenvolvimento” em seus territórios. A Comissão nos lembra que devemos adotar ações afirmativas para promover e garantir a autonomia econômica como estratégia central para a superação de um quadro estrutural de violações de direitos humanos.

Neste dia, no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, a Comissão convida todos os Estados que ainda não fizeram isso para ratificar a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação e formas correlatas de intolerância. A ratificação universal desta Convenção envia uma mensagem clara de que esta é uma região, incluindo os Estados Unidos e o Caribe, cuja história é revestida de racismo, violência e exploração. Esta é uma região que pode e vai proporcionar o tipo de liderança moral, ética e de Direitos Humanos necessária para acabar com o preconceito, a discriminação e a intolerância.



Gostaria de encerrar mencionando o embaixador Benoni Belli e espero não o constranger. É importante não se afastar do compromisso de construir um país próspero e generoso, onde cada cidadão possa compreender totalmente seu potencial e se tornar parte da construção contínua e diária de nossa independência. Palavras que acho que todos os países podem experimentar.

GAYNEL CURRY

”

Estou honrada por estar aqui representando o Fórum Permanente de Afrodescendentes das Nações Unidas. Quando falo sobre questões relacionadas a gênero, raça e direitos humanos, particularmente em relação a gênero, sou sempre perguntada sobre o que mais as mulheres querem. E sempre respondo que queremos igualdade. Queremos igualdade sustentável em todos os setores.

Os negros das Bahamas, meu país, obtiveram o direito de votar em 1833, mas dentro de várias condições que vão além dos requerimentos normais, como a idade. Os que podiam votar não podiam ser escravizados, teriam de ter propriedades, e se tivessem negócios, poderiam votar mais vezes, de acordo com as empresas que fossem proprietários. Apesar desta formalidade de igualdade na lei, essas condições impactaram os negros, uma vez que a maioria deles não podia votar, mesmo após a emancipação em 1838.

Progressivamente, desde os anos de 1800, os negros nas Bahamas votaram. Mas as mulheres negras nas Bahamas tiveram o direito de votar apenas 129 anos após os homens negros. Desde que as mulheres negras ganharam esse direito de votar, elas lutam para ultrapassar a barreira das desigualdades nos diferentes setores, inclusive em meu próprio país em termos de desenvolvimento econômico, de recursos produtivos, do acesso à terra, ao capital e ao empreendedorismo. Como os outros palestrantes já disseram, isso não acontece apenas em meu país, mas é uma realidade para muitas mulheres afrodescendentes desta região e, de fato, no mundo.

O Fórum Permanente dos Afrodescendentes abordou as vidas e as viabilidades das mulheres afrodescendentes durante sua primeira sessão em 2022, acentuando principalmente como essas mulheres são marginalizadas e discriminadas e como isso tem um efeito preponderante em termos de racismo estrutural e sistêmico.

O que ficou evidente nesse fórum é que muita atenção foi destinada à identificação dos problemas, mas não o suficiente para se averiguar estratégias, soluções, pesquisas baseadas em evidências, financiamento, e outras questões que precisam ser mais endereçadas. Por isso, estou particularmente feliz em notar que estamos discutindo hoje estratégias. Sendo assim, não estamos apenas aqui para falar sobre nossas preocupações, mas sim sobre estratégias e como podemos ir além delas.

Como sabem, este evento marca o último ano da Década Internacional dos Afrodescendentes, e o Fórum Permanente tem convocado uma segunda década, sublinhando, claramente, a falta de compromisso durante a primeira década, a falta de financiamento, de apoio e de prioridades. Claro, tivemos a Covid,

o que infelizmente foi muito triste para muitos países, principalmente em relação a lidar com esses problemas e as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Alguns países, e cito o meu próprio em particular, também enfrentaram devastações, crises climáticas e ambientais. Tivemos o furacão Dorian, que praticamente fez flutuar duas de nossas ilhas, retirando o foco das iniciativas de desenvolvimento em direção à reconstrução. Isso é uma preocupação em todo o Caribe, particularmente se levarmos em conta os prejuízos da temporada de furacões e suas consequentes devastações. Quanto ao nosso Fundo de Desenvolvimento e outros fundos, eles deveriam ser direcionados também para o empoderamento econômico das mulheres, mas foram destinados à reconstrução.

Portanto, o que podemos fazer de uma maneira diferente nesta segunda década dos afrodescendentes e o que podemos fazer para esta região? Sigo dizendo aos meus colegas que precisamos ser claros sobre o que queremos estabelecer para esta segunda década. Não pode ser mais do mesmo. Portanto, acreditamos que seria importante fazer investimentos, e começamos a verificar os últimos dez anos e o que aconteceu em termos do setor internacional.

Sabemos que a década tem de ser implementada, e o trabalho que estamos falando para as mulheres afrodescendentes deve ter acontecido em nível nacional, regional, como o que estamos fazendo aqui, em termos de discutir e compartilhar ideias, de networking, e também em nível internacional. Sendo assim, o que aconteceu em nível internacional? Acreditamos que olharíamos especificamente para o trabalho da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, CEDAW, como exemplo do que ocorreu nos últimos dez anos.

A CEDAW tem olhado para as mulheres afrodescendentes. O interessante é que antes não havia um foco específico nelas e não havia nada de novo sobre o que estavam considerando sobre a situação dessas mulheres na região.

Deixe-me fornecer apenas alguns dados de uma pesquisa que continua a ser feita e que se encontra em suas primeiras etapas. Iniciamos com o que a CEDAW se propõe a fazer, mas queremos fazer muito mais em relação aos direitos humanos, porque sabemos que nem todos os países ratificaram neste hemisfério a Convenção.

A pesquisa averiguada junto a alguns de meus estudantes da Universidade das Bahamas envolve 27 observações realizadas pelo Comitê nos últimos 10 anos, sendo que 22 delas mencionaram a situação específica em que se encontram as afrodescendentes. O curioso para nós neste estudo é que a maioria destes países, segundo o Comitê, eram da América Latina e do Caribe. Portanto, foram 14 países que as citavam especificamente, sendo que cinco deles mencionava-as por duas vezes. Ou seja, esses relatórios periódicos surgiram duas vezes e em ambas citam a situação da população afrodescendente.

Notamos também que enquanto o Caribe, as Bahamas, os Barbados e Trinidad e Tobago as reportaram em seus relatórios, as recomendações que saíram do Comitê não especificamente mencionaram as mulheres negras, as afrodescendentes.

Um ponto interessante para pensarmos é como nós, no Caribe, onde há países majoritariamente de populações negras, enxergamos as questões de raça. Começamos a notar que as interseções entre raça e gênero estão um pouco mais fortes. Geralmente, nos países caribenhos, essas questões não aparecem muito, e precisamos ser claros sobre isso. Não apenas sobre a questão das afrodescendentes, mas também como encaramos outras questões na região que também deveriam ser nossa preocupação, como as questões em torno do colorismo, das mulheres imigrantes, das camponesas e das que vivem em ilhas remotas. No meu próprio país, temos algumas ilhas em que só vivem apenas 80 pessoas. Então, essas seriam realmente nossas preocupações. Mas como abordá-las? Porque esses assuntos não são mencionados especificamente nos relatórios, nas conclusões e nas recomendações do Comitê. Mas é uma preocupação nossa.

Permitam-me mencionar rapidamente algumas temáticas que o Comitê escolheu. Elas falam sobre dados, indicadores, evidências e pesquisas, e uma necessidade que reivindico também. Os afrodescendentes não são citados na Agenda 2030. E se você não é mencionado nas conclusões e recomendações, se torna consideravelmente esquecido, se torna invisível nos relatórios, na produção de dados, no planejamento de políticas públicas, nos programas e, mais importante, nos orçamentos.

Portanto, não somos considerados nos planos orçamentários e se não estamos sendo considerados nos orçamentos, não vamos alcançar nenhum progresso real em termos dos direitos das mulheres afrodescendentes. Então, nós concordamos com o parecer do Comitê de que os indicadores e uma pesquisa baseada em evidências e dados são cruciais. Temáticas em torno de produtos, terra e proteção são relevantes.

Eles falam também sobre a segurança econômica desta região. Isso é algo que também precisamos estar pensando, porque está diretamente ligado aos assuntos ligados à terra. E direitos e recursos produtivos, empreendedorismo, são cruciais para as mulheres afrodescendentes, que, por muitas vezes se encontram nos setores informais, ao menos no Caribe, nos mercados, em diversas áreas, e até mesmo no trabalho doméstico, onde muitas vezes os serviços não são regulados.

Ou seja, há uma necessidade de haver mais foco nisso. O assunto da violência veio muito claramente em todas as reuniões, nas observações conclusivas em relação à região. E isso é uma preocupação em particular para as populações da região caribenha.

Há alguns anos, tive a honra e o privilégio de viajar com o pessoal do Relatório Especial da União Europeia sobre Violência contra as Mulheres para vários países caribenhos como Barbados, República Dominicana,

Jamaica e Trinidad Tobago. À época, destacaram o assunto em torno da normalização da violência e o que precisamos fazer para abordá-la, para garantir que as mulheres possam viver uma vida livre de violência na região. Sabemos que desde a Covid, a temática em torno da violência, não somente contra as mulheres, mas também crianças, aumentou; elas estão vivenciando mais a violência doméstica. Portanto, esta é uma pauta. O relatório ainda mencionou a vulnerabilidade de pessoas LGBTQIA+, e isso também chegou nas recomendações da CEDAW.

A educação também foi citada. Gosto do foco que dão, porque não é apenas sobre educação, mas também dentro dessa ideia de um todo de uma teoria crítica da raça e sobre a qual estamos ensinando aos nossos filhos. Estamos ensinando-os sobre a nossa história, o colonialismo, a cultura, como nos relacionamos com os outros como pessoas negras, através dessa região, certo? E como precisamos ir além desses assuntos que nos dividem, em particular a língua.

As questões da saúde em torno da morte materna das mulheres nessa região também foram mencionadas em vários países, e essa é uma outra preocupação em particular. HIV e AIDS são preocupações.

Comecei este painel falando sobre a temática de liderança e participação política. A liderança política veio muito forte em termos da necessidade de haver mais mulheres nas mesas de decisões, com maiores oportunidades de emprego e, novamente, falamos sobre mudança climática. Então, para nós, esses assuntos são todos muito importantes.

Adicionaria que para termos um Fórum Permanente focado no que necessitamos, é importante que nos concentremos em uma abordagem baseada em direitos humanos relacionados a todos esses assuntos. Dessa forma, ao falarmos de dados, devemos pensar em dados desagregados e no que estamos buscando de maneira específica. Como conseguimos essas interseções específicas em relação às afrodescendentes que são deficientes, as migrantes, as camponesas, as idosas, as garotas, as jovens, que por muitas vezes enfrentam barreiras dos direitos sexuais.

Temos, como Fórum Permanente, um papel para cumprir ao elaborarmos a Declaração Internacional de Direitos dos Afrodescendentes. Queremos ver esses assuntos sendo debatidos fortemente, com maior enfoque àqueles que se referem às afrodescendentes.

Há uma certa hesitação em dar atenção aos assuntos de interseccionalidade e aos direitos das mulheres. Sendo assim, encorajo os Estados presentes nesta sala a realmente focar nesse assunto e também a encorajar seus governos a prestarem mais atenção na indagação por uma segunda década.

MARICARMEN PLATA

”

Gostaria de contextualizar um pouco esta conversa sobre o empoderamento de mulheres afrodescendentes dentro do marco das iniciativas e das atividades que leva adiante a Organização dos Estados Americanos, particularmente impulsionadas pelos Estados.

Ao pensar um pouco sobre o tema, me lembrei de uma obra que li há alguns anos que se chama *The Silver Women, How Women's Labor Made the Panama Canal* (*As Mulheres de Prata: Como o Trabalho das Mulheres Construiu o Canal do Panamá*). Sou panamenha e essa obra me impactou muito, porque relata o papel das mulheres que, até a história que eu havia escutado, que provém das ruas do Caribe, que levavam a cabo um trabalho importante para apoiar homens afrodescendentes que trabalhavam na construção do canal e eram parte do Silver Road.

Para quem não conhece, naquela época, durante a construção do Canal do Panamá, foi estabelecido um espaço de relações entre os que eram chamados de Golden Road e de Silver Road. Aqueles que pertenciam ao Silver Road tinham prerrogativas muito menores do que os que se encontravam no Golden Road. As mulheres desenvolveram uma infraestrutura econômica em torno da prestação de serviços, como, por exemplo, viajar das ilhas às áreas de construção no canal, como a Jamaica por exemplo, entre outros países, para levar roupas e fazer o serviço de lavanderia, além de levar comida. Aqueles que pertenciam ao Silver Road, ao receberem salários menores do que no Golden Road, não tinham a mesma capacidade econômica.

Sendo assim, foi desenvolvido um esquema de empreendedorismo de mulheres, que durante muitos anos se tornou totalmente invisível em nossa história. Isso aconteceu há quase 100 anos, mas essa história nos deixa uma reflexão importante, porque falamos de empoderamento de mulheres. Desde o início dos tempos, em alguns de nossos países, essas dinâmicas que levaram à marginalização já tinham um papel importante que estava sendo invisibilizado, e que, ao longo da história, seguiu assim invisibilizado.

Mas como mudamos isso? Como podemos gerar condições propícias para que, primeiro, haja uma visibilização dos obstáculos que as mulheres afrodescendentes enfrentam, particularmente, para que possam ser vistas como agentes ativas da economia, como realmente são, e como foram, historicamente. E como essa contabilização, essa geração de dados pode resultar em incentivos a políticas públicas que sejam verdadeiramente efetivas? Porque elas têm essa visão, este foco preciso nos dados desagregados.

Desde a OEA, e acabamos de ouvir uma perspectiva sobre isso, acredito ser muito valiosa a experiência das Nações Unidas em relação ao Plano de Ação da Década Afrodescendente nas Américas (2016-2025), afinal temos um compromisso que foi muito palpável nos últimos anos.

Este espaço é parte de um esforço proativo e intencional em continuar avançando com o que esta semana se propõe a ser encaminhado à liderança da Secretaria Geral Adjunta. Com os anos, temos visto como vão sendo adicionados atores, adicionadas colaborações e trabalhos em equipe. Isso é o que faz a diferença em nossos espaços multilaterais.

A comissionada Clark nos expôs com muita clareza a perspectiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e não podemos perder essa noção, porque, mesmo que falemos sobre temas de empoderamento econômico, o fundamento em matéria de um reconhecimento dos direitos humanos de pessoas e mulheres afrodescendentes, entre elas, as capacidades de autonomia financeira, de participação, de liderança, são muito importantes. Não podemos desassociar-nos desse enfoque nos direitos.

Sabemos que os instrumentos do sistema interamericano reconhecem este conceito de progressividade, que estabelece que o que dizem as normas é o ponto de partida, mas os Estados também têm o dever de ir avançando sobre a construção de políticas públicas em um sentido amplo, e isso tem que ser uma atividade dinâmica, como mencionaram os palestrantes anteriores, com uma visão de futuro. Isso é o que significa progressividade. Não apenas assegurar que estamos cumprindo com o mínimo requerido, mas que estamos cada vez mais avançando nesse sentido.

É por isso que os compromissos que adotam os Estados-membros, que adota a Assembleia Geral, no Plano de Ação do desenho para o período entre 2016-2025, são um passo em adiante importante, e em circunstâncias que foram difíceis no balanço final. Uma época de pandemia em que era inesperado este desenho, e em situações que às vezes sentimos como regressões ou como motivação para haver algumas regressões.

Nesse sentido, apesar das limitações que enfrentamos, existe uma vontade por parte dos Estados de seguir gradualmente se unindo, fazendo parte de um trabalho em comum, e assegurando que há um avanço enquanto políticas públicas e o Plano de Ação. De nosso lado, é por isso que aplaudimos a iniciativa de poder continuar nesse caminho, fazendo uma reflexão sobre onde nos encontramos, para que depois sejam geradas declarações, compromissos que verdadeiramente atendam a realidade da experiência que se viveu com esse desenho. Como parte desse esforço, nossa Secretaria apresentou, no ano de 2021, ao Conselho Permanente, o primeiro informe regional sobre o estado da situação e o avanço e a implementação do Plano de Ação nos períodos entre 2016 e 2025.

Entre os achados deste informe destaca-se a ainda existente persistência de importantes desigualdades no acesso aos direitos para a população afrodescendente, particularmente para as mulheres. Observamos que as pessoas afrodescendentes, para além de serem historicamente reconectadas a certas áreas que hoje refletem, por exemplo, elevados índices de pobreza, com acesso limitado a serviços, educação e emprego, também foram subrepresentadas nas posições de decisão em diversas instâncias.

E isso afeta, como já comentamos, particularmente as mulheres. E surge como uma consequência dos impactos específicos de um sistema racista e discriminatório, um sistema xenofóbico, que vivemos desde a época das mulheres do Silver Road, porque além de serem afrodescendentes, elas não falavam o idioma espanhol.

Portanto, esta é uma perspectiva também de que o trabalho interseccional é vital e preocupa-nos o fato de que perdemos essa visão importante de um trabalho interseccional. É extremamente importante que os Estados-membros da OEA continuem se agregando para seguir com esta agenda em documentos, colaborações e iniciativas, porque já ouvimos alguns dos desafios enfrentados.

Sabemos que o Plano de Ação tem uma estratégia integral que incorpora trabalhos em matéria de reconhecimento, justiça e desenvolvimento. Se não houver reconhecimento e justiça, não poderá haver desenvolvimento. E se não trabalharmos com foco no que corresponde ao trabalho de reconhecimento, de visibilização, de geração de dados e de assegurar que existam condições de justiça efetivas, não poderemos falar em um empoderamento e desenvolvimento verdadeiro.

Portanto, acredito que este modelo de participação, de colaboração e de apoio por parte dos Estados, para além de sermos organismos internacionais em que nos somamos à uma obra colaborativa, seja de suma importância. E, finalmente, para encerrar, não quero deixar de dar algum tipo de relevância à importância de que os Estados continuem promovendo a adesão à Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e formas conexas de intolerância. E, é claro, também à Convenção Interamericana contra todas as formas de discriminação e intolerância.

ANA MÍRIA CARINHANHA

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark blue border and a dark blue shadow. Inside the bubble, there are two large, dark blue quotation marks. A vertical dark blue line extends upwards from the top of the bubble.

Para que possamos falar do empoderamento econômico de mulheres negras, é necessário que façamos uma reflexão sobre o racismo e o patriarcado na sociedade de classes. Não tem como se falar do empoderamento de mulheres negras sem fazer essa reflexão, territorializando e situando no tempo para que se entenda como viemos parar aqui.

Durante muito tempo nos foi perguntado se era possível que o subalterno falasse, e no Brasil nós temos uma escritora chamada Carolina Maria de Jesus, que em seus escritos nos deixa entender que os subalternos sempre falaram, mas que nós aqui não escutam. Gosto muito dessa alegoria trazida pela Carolina Maria de Jesus, porque durante muito tempo dissemos que faltavam políticas públicas de combate à fome, faltavam políticas públicas de promoção ao emprego e, em um determinado momento, quando conseguimos virar a chave e compreender que de fato existem políticas públicas, mas que elas não observam os efeitos reais que provocam nos indivíduos, na sociedade.

Se observarmos, por exemplo, os dados que estão disponíveis a respeito do enfrentamento da violência doméstica, percebemos em um primeiro momento, se olharmos a linha do tempo dos últimos dez anos, que em alguma medida essa violência se reduz. Contudo, se desmembramos esses dados racialmente e observamos o efeito dessas políticas para as mulheres negras e para as brancas, é possível perceber que há uma redução tímida no que se diz respeito às mulheres brancas e que há um crescente no que se diz respeito às negras.

Trago esse dado para justificar a segunda parte da minha fala, que apresento aqui a vocês em um estudo que realizei há oito anos junto à equipe da ONG Criola. É um estudo regional sobre o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), realizado pelas mulheres negras do Cone Sul e Criola, uma das organizações que participou desse estudo.

Junto a essa equipe, analisamos os ODMs 1 e 8, que eram os objetivos pela erradicação da pobreza e da fome, e o ODMs 3 e 5 e 8, que visavam a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Neste estudo, cruzamos várias evidências de relatórios oficiais e extraoficiais que tinham sido produzidos a respeito dos indicadores que acabei de mencionar aqui, e ao final dele destacamos uma conclusão que existe um avanço tímido na condição de vida das mulheres, inclusive das mulheres negras, mas ainda insuficiente para que possamos prever uma igualdade de oportunidades.

Portanto, essa conclusão nos faz pensar efetivamente que estamos conseguindo avançar, mas não da maneira como gostaríamos. E o que falta efetivamente é conseguirmos escutar a voz dessas pessoas que falam há muito tempo e trazer evidências desses relatos e as expectativas dessas pessoas.

Foi dito aqui também, anteriormente, um pouco sobre a expectativa de reconhecimento, de redistribuição e de reparação. Já sabemos, em certa medida, sobre essa receita para que consigamos vislumbrar essa igualdade. Do ponto de vista do governo brasileiro, acredito que possa ser interessante pensar na dimensão das Américas, da adoção voluntária do ODS 18, que versa sobre a igualdade étnico-racial.

Temos, como mencionei anteriormente, o ODS 5, que fala da igualdade de gênero. Contudo, temos uma dificuldade muito grande, mundialmente, por conta das circunstâncias históricas que nos colocaram aqui hoje, em discutir o racismo como uma máxima.

Sempre gosto de dizer que não só no Brasil, mas em todos os países colonizados que passaram por uma dinâmica de escravização e de escravismo, que precisamos de um direito de resposta eficaz a todas as mazelas que o racismo e o sexismo provocaram e provocam em nossa sociedade. Quando observamos, por exemplo, que as mulheres lutavam em um momento pelo direito de trabalhar, as mulheres negras no Brasil já trabalhavam há muito tempo, contudo, sequer eram consideradas sujeitas de direito, porque eram consideradas propriedade.

Essa dinâmica, que menciono através desse exemplo, precisa ser observada a partir da perspectiva estrutural que nos coloca em um lugar histórico muito bem delimitado e que, apesar das mudanças jurídicas e normativas que superam em momentos determinados da nossa história com a mudança legislativa, como por exemplo, a superação formal da escravização no dia 13 de maio no Brasil, precisamos confrontar essa perspectiva estrutural a uma perspectiva institucional que nos coloca diante das diferenças que acabam sendo representadas em desigualdades de acesso a bens e direitos. E aí não só no que diz respeito ao empoderamento econômico, mas em todos os âmbitos da vida.

Portanto, precisamos, de alguma maneira, assumir que a estruturação racializada da nossa sociedade, com base no machismo, no racismo, nos coloca um desafio muito importante, que só vamos conseguir enfrentar a partir efetivamente do momento em que assumirmos essas desigualdades e entendermos que as diferenças não podem significar desigualdades.

A Rede Interamericana de Políticas Populacionais Afrodescendentes, a RIAFRO, é um ambiente muito propício para que essas discussões sejam feitas e para que consigamos trocar as boas experiências. Eu trago o ODS 18 e a voluntariedade em assumir esse compromisso como uma boa prática que podemos discutir e elevar a Agenda 2030 a partir de uma perspectiva plural que seja trazida para todos.

Gostaria apenas de finalizar com a importância da transversalidade não só dentro dos governos e das instituições governamentais ou públicas, mas também das privadas, para que consigamos efetivamente pensar os desafios da interseccionalidade a partir também da interseccionalidade de atores, envolvendo a sociedade civil, atores privados.

MARCELO PAIXÃO

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark blue border and a dark blue shadow. Inside the bubble are two large, dark blue quotation marks. A vertical dark blue line extends upwards from the top of the bubble.

Gostaria de fazer uma primeira observação que é sobre como a cultura do machismo e da eugenia, que penetra o pensamento econômico, cria as condições para aquilo que poderíamos conceitualmente classificar como a divisão racial do trabalho.

A ideia é de que apenas pessoas brancas de ascendência europeia são qualificadas para atuar em atividades econômicas mais avançadas, no passado as atividades industriais, atualmente na indústria de alta tecnologia, uma observação que é ratificada por qualquer estatística que se use sobre a indústria de alta tecnologia nos dias atuais, e aqui na universidade onde eu trabalho tem essa característica.

Fica bastante nítido como as atividades de alta tecnologia da indústria de ponta são fundamentalmente ainda exercidas por homens brancos, e a questão de como esse debate aparece, considerando a forma específica pela qual na América Latina o pensamento eugênico foi apropriado, principalmente através das ideologias de democracia racial e de mestiçagem, que apesar de possuir na sua aparência uma forma mais integradora, mais generosa de integração de todos os grupos que formam a nacionalidade de cada um dos países, em termos de Brasil, Colômbia, Panamá, Venezuela, Cuba e todos os países da região latino-americana, acabaram sendo transformadas. A experiência histórica mostra isso de uma forma bastante cabal, o discurso da mestiçagem acabou sendo reinterpretado como uma variante da lógica da eugenia.

A ideia é que os países latino-americanos somente conseguiriam alcançar o estágio civilizatório dos Estados Unidos da América e dos países da Europa Ocidental, na medida em que sua população fosse progressivamente se branqueando.

E isso não é apenas uma questão que está relacionada à invisibilidade. Porque a ideia de que os países latino-americanos eram bárbaros na sua origem, e não me deixa mentir o livro *Facundo: Civilização em Barbárie*, do argentino Domingo Faustino Sarmiento, está nos termos fundantes do problema da modernização latino-americana. Ele também cria uma realidade na qual as populações indígenas e afrodescendentes são consideradas como opositoras, isso quando não um obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento.

Tal como diria o antropólogo Arthur Ramos, são populações que culturalmente não foram capazes de se apropriar do conhecimento lógico racional. Populações que nas ideologias vigentes são naturalmente, inerentemente incapazes de raciocinarem de forma cartesiana e estrategicamente racional. O que significa que tanto do ponto de vista das suas origens, ou das nossas origens raciais, quanto do ponto

de vista dos aportes culturais às quais somos originários, seríamos o exato termo oposto ao progresso e ao desenvolvimento.

Isso explico de uma forma mais aprofundada no livro *Lenda da Modernidade Encantada*. Enfim, esses termos fazem parte do que podemos chamar de divisão racial e de gênero do trabalho, acompanhando o grande princípio da divisão racial do trabalho que marca o mundo capitalista, desde a sua constituição, e que chega até os nossos dias, se aprofundando pelos deslocamentos tecnológicos que são observados e que já tive a chance de comentar, e que têm um efeito não apenas em termos do aumento da distância entre o grau de desenvolvimento econômico entre os países, mas dentro de cada país. Esse processo de reclassificação das posições sociais vai se manifestando a cada momento, a cada instante, e se aprofundando em nível internacional e no interior de cada país.

Apesar de haver um discurso em nível internacional que condena as desigualdades, a discriminação, o racismo, infelizmente o mundo hoje caminha exatamente nessa direção. Caminha nessa direção à luz das transformações econômicas que estamos observando, na qual as desigualdades sociais e todas as outras formas de desigualdade correlata só fazem aumentar.

Tive a chance de ouvir a Ana Míria, que fala que há um avanço tímido, porém insuficiente. E complementaria dizendo: o avanço tímido que foi observado, e aqui fazendo um recorte muito específico para o que ocorreu na América Latina, mas também aqui nos Estados Unidos, pode ser integrado nesse exemplo. Os avanços tímidos que foram observados no mundo, em termos das diminuições de distâncias sociais, são uma característica muito própria da América Latina na primeira década desse século ou até meados da primeira década desse século.

Os tímidos avanços que foram observados geraram uma reação do outro lado, que talvez no começo desse século não tivéssemos dimensionado em sua devida proporção. O efeito que ocorreu a partir do momento em que os Estados Unidos elegem o seu primeiro presidente negro; os efeitos que vão se dando a partir do momento em que as mulheres negras no Brasil passam a ter maior visibilidade e o assassinato de Marielle Franco, que foi aqui mencionado, acaba servindo como um grande exemplo.

O que temos hoje em termos de desenvolvimento econômico, tentando objetivar do que seria o nosso eixo nesta manhã de debates, diz respeito primeiramente aos movimentos de longo prazo que fazem com que as pessoas negras, indígenas e mestiças, pessoas de pele escura, as classes torturáveis, como diria Eric Hobsbawm, sejam progressivamente afastadas das atividades econômicas mais dinâmicas, por mecanismos discriminatórios.

Mas também há a necessidade de enfrentarmos aquilo que na teoria chamamos de glass ceiling effect ou o efeito teto de vidro, aquele conjunto de efeitos que vão deprimindo as expectativas, horizontes de retorno econômico da população afrodescendente, indígena, principalmente entre as mulheres, na qual essa teoria é especialmente aplicável, e que faz com que os horizontes de retorno econômico mais

reduzidos se traduzam em menor investimento educacional, em menor investimento na própria saúde, no próprio corpo. Porque na medida em que as pessoas se sentem desvalorizadas no interior da sociedade, elas investem menos na própria saúde, menos no próprio bem-estar, na qualidade de sua família, nas futuras gerações, e isso também tem efeitos para o campo do empreendimento econômico e outros aspectos derivados.

Para concluir, gostaria de dizer apenas porque isso para mim é um motivo, minha formação acadêmica se dá no Brasil e aqui nos Estados Unidos onde estou tendo a permanente chance de estar em contato com o que é produzido em termos da teoria econômica sobre a discriminação racial, e apenas deixar esse debate continuar e socializar com as distintas colegas.

Não é novidade entre os economistas os efeitos do racismo e da discriminação no processo de tomada de decisões econômicas. As teorias da aversão racial que moldam o comportamento dos agentes econômicos que vêm de Gary Becker nos anos 50, mais de 60, 70 anos atrás trazem marcos teóricos informando os efeitos da discriminação racial no processo de formação da tomada de decisões econômicas e depois a teoria da discriminação estatística que fala, em termos muito gerais, que cada indivíduo é julgado de acordo com aquele grupo ao qual ele pertence racialmente ou etnicamente, o que vai de alguma forma coordenando, transformando o processo de tomada de decisões econômicas associados ao preconceito racial, dito de uma forma bastante sumarizada.

Os mecanismos de discriminação que nascem a partir da seleção adversa e do risco moral que são também relacionados à informação e à forma pela qual o preconceito acaba penetrando o campo das relações econômicas.

Então apenas salientando esses aspectos porque hoje temos obviamente que avançar muito em termos do que conhecemos sobre discriminação e desigualdades raciais, à luz de muitas teorias, mas também a teoria econômica hoje tem um repertório de conhecimentos que nos permite fazer uma intervenção mais dedicada sobre esse tema e avançar, seguirmos em frente, sabendo que o tempo histórico no qual estamos inseridos, infelizmente, é muito pior do que 20 anos atrás.

Infelizmente quando falamos da Década dos Afrodescendentes não tínhamos chegado ao momento em que nos encontramos, onde a intolerância se tornou a gramática das relações internacionais, afetando a qualidade da diplomacia brasileira. Sabemos bem que há quatro anos atrás o Brasil e a diplomacia brasileira passaram por momentos muito difíceis. Enfim, estamos aqui para dar nossa contribuição, esperando que possamos no próximo período encontrar dias melhores e com mais esperança para todos nós, afrodescendentes, indígenas e para toda a humanidade.



BEATRIZ PIÑERES

Quero compartilhar brevemente o que estamos trabalhando na Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) na área do empoderamento econômico das mulheres e colocar alguns desafios que enfrentam as mulheres afrodescendentes sobre os quais já falamos bastante hoje e apresentar nas linhas deste evento relacionado a estratégias para o empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes. Quero expor um modelo que tem funcionado, fazendo o paralelo com a Lei Modelo Interamericana de Cuidados.

Estamos trabalhando há alguns anos na visão dos padrões internacionais e nos marcos normativos internacionais e nacionais em termos dos direitos econômicos das mulheres. Nesse caminho, temos encontrado brechas na implementação dos padrões internacionais, assim como em nível nacional em temas legislativos e normativos. Seguindo esse caminho temos trabalhado em proporcionar ferramentas para o fechamento dessas brechas, sendo que uma delas é a Lei Modelo Interamericana de Cuidados que apresentamos há alguns anos como uma ferramenta para que os países possam fazer mudanças normativas e legislativas no interior dos seus marcos nacionais.

A situação do empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes na região, como já vimos hoje, é variada e influenciada por uma série de fatores que incluem o contexto socioeconômico cultural, político e histórico de cada país. Em geral, as mulheres afrodescendentes enfrentam múltiplos desafios em termos de acesso a oportunidades econômicas e sociais, assim como recursos e serviços básicos agravados pela interseção entre raça e gênero.

Quero ressaltar cinco grandes desafios que enfrentam, sendo que alguns deles já foram mencionados. O primeiro desafio é o da discriminação e do racismo enfrentado pelas mulheres afrodescendentes no campo do trabalho e empresarial, o que pode limitar as oportunidades de ascensão no emprego e no acesso aos recursos financeiros. Disparidades salariais predominam, o emprego informal, e as mulheres afrodescendentes apresentam índices de trabalhos mal remunerados, precários e informais, que contribuem para essas disparidades salariais, além de perpetuar o ciclo de pobreza no grupo populacional.

As mulheres afrodescendentes também enfrentam acesso limitado à educação e à capacitação, com muitas barreiras para acessar a educação de qualidade e as oportunidades de capacitação, para ter acesso a empregos mais bem-remunerados e às melhores oportunidades.

As mulheres afrodescendentes enfrentam dificuldades para empreender e, em geral, os Estados têm uma grande carência de políticas inclusivas e com enfoque interseccional para abordar os desafios, do ponto de vista da CIM. Portanto, estamos trabalhando na promoção de ações afirmativas, como medidas de justiça e reparação diante das condições que historicamente afetaram as mulheres afrodescendentes.

Gostaria de apresentar quatro temas que consideramos muito importantes para a implementação de políticas públicas. O primeiro deles é a falta de dados desagregados por raça e gênero, o que dificulta a compreensão como um todo das barreiras econômicas enfrentadas pelas mulheres afrodescendentes. Portanto, é necessário promover a produção de dados desagregados por raça e gênero para poder contar com mais informação estatística e poder desenhar políticas públicas e ações específicas destinadas ao enfrentamento dessas barreiras para as mulheres afrodescendentes no âmbito econômico.

O segundo ponto: é importante trabalhar para combater a discriminação racial e de gênero e promover a igualdade de oportunidades no emprego. Como já mencionei, propomos ações afirmativas como medidas de justiça.


Terceiro ponto: é imperativo tomar ações concretas para promover o acesso à educação e à capacitação específica para que as mulheres afrodescendentes acessem melhores empregos, além da promoção e participação das mulheres afrodescendentes em todos os níveis de tomada de decisão.

Quarto ponto: promoção de alianças e movimentos liderados por mulheres afrodescendentes e organizações da sociedade civil que buscam abordar essa problemática e promover o empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes. É muito importante haver uma rede de promoção de iniciativas concretas para a capacitação laboral, com apoio ao empreendimento e à promoção e ajuda às mulheres afrodescendentes para aliviar a crise econômica.

Quando fizemos a Lei Modelo Interamericano de Cuidados, marcamos os princípios da lei em um modelo de 4Rs. Gostaria de fazer um paralelo e propor um modelo de 4Rs para quando desenharem e se trabalharem políticas públicas voltadas ao empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes.

A primeira seria o Reconhecimento dos aportes das mulheres afrodescendentes relacionados ao crescimento econômico do país, ao acervo cultural e à riqueza de nossas florestas. A segunda delas é a Remuneração do trabalho em condições de igualdade e isso inclui acesso a oportunidades de trabalho, recursos e serviços financeiros e retribuição financeira através dos sistemas de seguridade social para quem faz trabalho não remunerado e tem empregos informais. A terceira seria a Representação das vozes das afrodescendentes no desenho e na implementação de políticas públicas, representação em cargos de liderança na política e em todos os espaços da vida pública e produtiva. E a quarta seria a Reparação da discriminação histórica através de medidas afirmativas que busquem nivelar a marcha.

Para terminar, gostaria de reconhecer o papel histórico das mulheres afrodescendentes da América Latina e no exterior como lideranças políticas em suas comunidades e como guardiãs de saberes e práticas ancestrais que contribuem ao valor histórico cultural e ao crescimento de nossa região. Esta força e liderança das afrodescendentes é um propulsor para a organização social de mulheres afrodescendentes na região que tem um papel vital para o ativismo e o avanço do empoderamento econômico.



Sendo assim, temos o compromisso de continuar trabalhando com enfoque interseccional para prover os Estados com ferramentas normativas e políticas públicas que busquem acabar com essa disparidade que existe nos direitos econômicos das mulheres, reconhecendo as curvas sociais diferenciadas.



”

YIRLEHAN RAMIREZ MURILLO

Como mencionaram, sou do Departamento do Pacífico Colombiano, onde atualmente atuo no governo de mudanças que se identifica com uma outra Colômbia. Sou produto desse patriarcado onde se fez essa classificação, essa negação de direitos por raça, gênero e classe. Sou uma sobrevivente disso, e sendo assim tenho a oportunidade de neste momento estar aqui com vocês e ser uma precursora, e não promotora, da voz dos meus povos.

Há muito sinto a necessidade de dados desagregados e informação. Nos meus estudos no doutorado em Administração, decidi ir para lá, para o meu povo, ao Departamento do Chocó, que atualmente é campeão nacional entre outros departamentos por ter as necessidades básicas insatisfeitas, porque a brecha trabalhista cada dia se amplia, porque é um dos departamentos com mais desempregados na Colômbia. A taxa de desemprego está mais ou menos entre 25% e 26%, mas também onde os direitos das mulheres são vulneráveis por diferentes razões.

Desde o meu doutorado resolvi estudar para servir o meu povo, o afrodescendente, o povo indígena, e ajudar-lhes a superar todas essas dificuldades, com o propósito de que melhorassem a condição de vida. Portanto, na Faculdade de Administração, propus essa temática, e me disseram que era um programa de administração e não de filosofia.

Dei a volta por cima e terminei fazendo o que queria, e eles entendendo que era uma necessidade. Qual era essa necessidade? O empoderamento econômico das mulheres desde o empreendimento. Por quê? Porque, paradoxalmente, mesmo que Chocó seja uma região muito rica, com muitos recursos, a pobreza reina ali.

O que se precisa fazer? Não há empregos para todos dentro das organizações públicas e não estamos formados para isso. O que nossas sociedades, e especialmente as mulheres afrodescendentes e indígenas, sabem fazer é empreender. Elas fazem isso de forma tão natural que nem conscientemente muitas delas percebem que são empreendedoras. Fui lá estudá-las e pude realizar meus estudos com mais ou menos 580 mulheres dentro do departamento, identificando nesse estudo quais são os fatores que impedem que os empreendimentos dessas mulheres se desenvolvam.

Estamos imersos nesses fatores sociais, nesses fatores culturais, políticos e econômicos. Mas adivinhem o quê? O fator socioeconômico está tendo um papel preponderante e impedindo que essas mulheres, com toda a necessidade do mundo, se desenvolvam nesses empreendimentos. O que acontece? Para empreender, elas necessitam de uma série de recursos que facilmente as nossas mulheres da outra

Colômbia não aceitam. Vocês também conhecem essa discriminação estrutural, essa dificuldade para acessar recursos financeiros, e, inclusive, a dificuldade de mobilidade dentro da região.

Quando comecei a fazer esse estudo com minha população, notei que elas são mulheres empreendedoras com uma característica especial. São mulheres chefes de família ou chefes de lares que dependem delas, sejam seus próprios filhos ou outros familiares. E o que acontece? Me dei conta que muitas delas empreendem e que sabem como fazer. E que esse fazer é um conhecimento empírico. Que muitas delas têm muitas vontades e seus produtos são muito apreciados. Mas precisamos tirá-las dessas condições e por isso criei a organização Aliança Global de Mulheres Afrodescendentes e Indígenas Empreendedoras, em que estou promovendo o empreendimento da mulher com o propósito de que ela economicamente se empodere. Porque isso fará uma grande diferença.


Toda essa violência de gênero, em parte, é em razão dessa vulnerabilidade em que se encontram essas mulheres. E com as mulheres afrodescendentes e indígenas, isso é muito comum. E a partir da nossa organização, estamos promovendo o conhecimento, promovendo a formação de todas elas para que seus empreendimentos se tornem mais ágeis e assim elas possam formar empresas. Porque o empreendimento é a primeira parte antes de se tornarem empresárias. Algumas delas fazem isso de uma forma natural, mas se requer que recebam apoio, acompanhamento e formação.

É dito que se promovem muitas políticas públicas para o surgimento e apoio dessas mulheres, mas, por alguma razão, quando vamos a campo, vemos que elas não recebem esses benefícios dessas políticas públicas que estão sendo realizadas, por muitas razões, até pelo fator da comunicação. Na Colômbia, por exemplo, são feitas convocatórias para apoiar empreendedores. Mas ao ser anunciada, ela já se encontra fechada. A comunicação não chega, a informação não chega. Em muitas ocasiões, a informação chega, mas os requisitos exigidos são tão difíceis que suas condições não permitem cumpri-los. Portanto, aparecem as oportunidades, mas essas mulheres não chegam a aproveitá-las.

Outras vezes, os requisitos são tão técnicos, que elas sozinhas não conseguem preenchê-los, porque dentro de todas essas dificuldades também está a de formação. Portanto, essas mulheres precisam de um acompanhamento. De toda forma, estamos aqui com vontade de fazer e prontas para apoiá-las.

Pensem que a partir de atos reparatórios poderemos ressarcir todas essas necessidades, necessidades que podem se tornar oportunidades. Que essa reparação sirva também para ajudar essas mulheres a se transformarem, a caminharem, a dar um passo adiante. Gostaria de mencionar algumas dessas necessidades, já até mencionadas antes, como colocou a companheira Beatriz Piñeros. A falta de capital inicial é uma barreira bastante grande, porque às vezes as mulheres têm que decidir, com esses recursos que tenho aqui, o que faço? Ou dou comida aos meus filhos ou empreendo.

Então, elas se encontram de maneira diária nesse paradoxo de ter que fazer com poucos recursos. Também há falta de conhecimento e de formação no empreendimento, uma necessidade sentida.



Há uma falta de possibilidade de fazer crescer esses negócios. Algumas mulheres têm negócios por mais de 10, 15 anos, mas eles não crescem, no sentido de não gerarem emprego para outras pessoas. O que precisamos é criar um ambiente para que, a partir do que elas fazem, se gere a empregabilidade, o que é uma das demandas da região. Falta de emprego. E elas são submetidas a abusos financeiros. Elas não têm acesso ao crédito.

O empoderamento econômico da mulher afrodescendente e indígena vai trazer para ela esse acertamento e essa redução da brecha de gênero, que vocês sabem que, a partir da pandemia, a vida se dividiu em dois e se sente muito mais na região. Vai permitir à mulher a possibilidade de alcançar suas metas pessoais e suas metas sociais.

Também vai permitir-lhe contribuir socialmente com essa força. Então, muito obrigada a todos vocês e esperamos que o próximo passo seja refletido em todas essas ações adicionais que até hoje foram feitas, mas que precisamos que na região, de forma física, também se comece a notar. E aqui estamos nós, a sociedade civil, para continuar contribuindo no que for necessário para que chegue a elas todas essas oportunidades que desde cá se estão gerando.

JUDITH MORRISON

”


Quero agradecer imensamente à Missão Permanente do Brasil e da Colômbia pela oportunidade de estar aqui no Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial Mundial, no Mês das Mulheres. Não é coincidência que esses dois países com uma população significativa ou histórica para o desenvolvimento estão liderando esse espaço, esse debate.

Vou começar falando um pouco sobre o que mencionou a Maricarmen sobre a Rede das Altas Autoridades Afrodescendentes nas Américas. É uma rede que fizemos com a OEA, e especificamente quero agradecer a presença aqui do Roberto Roja, que é grande aliado nesse processo, digamos, de reabertura de um espaço onde se debate políticas públicas afrodescendentes nas Américas. É um espaço único, como Maricarmen mencionou, que vem crescendo, inclusive com o MIR, com o Ministério da Igualdade Racial, com a Ana Míria e outras pessoas chaves, digamos, para a região.

Pensando um pouco na questão econômica das mulheres negras na América Latina, quero começar falando um pouco sobre a autonomia econômica. O embaixador Vargas falou da emancipação e das questões da liberação também das mulheres afrodescendentes. Por quê? Primeiro, a situação das mulheres afrodescendentes é muito diversa dentro da região. Quando estamos falando de Brasil, basicamente, 15% das mulheres negras têm acesso à educação superior completa, enquanto que esse índice para mulheres brancas é de 30%.

É curioso vermos uma brecha importante, um gap, em lugares como o Panamá, aqui citado antes, em que as mulheres negras têm uma média maior que a dos homens brancos em termos de educação. Elas chegam a ter 13 anos de educação, enquanto que os homens brancos têm apenas 12 anos. As afrodescendentes em lugares como Costa Rica também são altamente educadas, mas elas ganham muito pouco e têm muitas dificuldades em termos de emprego.

Sendo assim, a situação da mulher afrodescendente é variada, diversificada, mas existem coisas em comum, que basicamente é a exclusão. Vamos falar um pouco sobre a questão doméstica, uma questão histórica sobre o papel da mulher negra na América Latina. Sabemos que no Brasil mais de 6 milhões de mulheres negras são trabalhadoras domésticas. Sabemos que a grande maioria dessas mulheres não são registradas, não têm carteira assinada. Sabemos também que quando estamos falando de países como o Uruguai, a grande maioria das domésticas são afrodescendentes. Esses são papéis históricos que na mente das pessoas da América Latina são papéis das mulheres negras.



Portanto, o serviço de cuidado é uma questão racial. Sabemos que quando estamos falando de serviços de cuidados, no Brasil quase 70% das pessoas que nem podem estudar, nem trabalhar fora de casa, são mulheres negras que estão fazendo as tarefas de cuidado. Portanto, ao falarmos sobre inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, estes são alguns exemplos muito claros e evidentes.

Quero falar sobre um estudo que o BID realizou há alguns anos com o Instituto Ethos, entre outros parceiros, em que descobrimos que menos de 1% das executivas brasileiras eram afrodescendentes. Hoje, várias dessas pessoas nem estão atuando mais como CEOs. Se uma ou duas mulheres afrodescendentes saem de grandes empresas, isso muda totalmente o cenário, uma vez que a referência de mulheres negras nesses espaços é muito ausente.

Quero também fazer referência à uma pesquisa realizada com Marcelo Paixão sobre as questões de crédito. Sabemos que há uma diferença em termos de acesso ao crédito, que depende muito de raça, e que foi ressaltada nesse estudo do Marcelo. Sabemos também, através de estudos do Sebrae, que, no Brasil, mais da metade dos empreendedores são mulheres afrodescendentes.

Portanto, quando falamos de pequenas e medianas empresas, estamos falando de mulheres negras. Novamente, elas são centrais na discussão sobre empreendedorismo e autonomia econômica. Estou falando de autonomia, porque os desejos, os objetivos de muitas dessas mulheres que estão empreendendo são um pouco diferentes.

Quando falamos de acesso ao crédito, o BID tem várias experiências, tanto com o BNDES, quanto com o Desenvolve São Paulo, e vários outros bancos na região. O BID tem também experiências com o Venture Capital. E quando falamos de Venture Capital, é todo o processo de conseguir recursos de fora para crescer o negócio, e o objetivo, no final, é vender o negócio.

E o que estamos pensando e vendo com a experiência da mulher negra? Muitas vezes, a mulher negra está buscando a autonomia econômica. Autonomia, para ela, significa que quer servir como um bom modelo, quer mudar o ecossistema, quer deixar uma herança para a família, para a comunidade. Ela pensa o ambiente econômico de uma outra forma, e não necessariamente quer vender sua empresa em oito anos e ficar rica. Acredito que isso seja fundamental quando estamos falando de sistemas econômicos e em conseguirmos essa autonomia. Até porque a autonomia, para essa mulher, pode ser algo bem diferente.

Mencionando alguns casos de empreendedorismo específicos, quero fazer referência à uma experiência nova no BID, em São Luís. A ideia desse projeto é preparar pessoas para viverem no centro. Também fizemos várias atividades parecidas em João Pessoa e em outras regiões do Brasil. Sabemos que a questão do empreendedorismo, novamente, tem raça, cor.

Quero fazer referência a outro projeto, em Salvador, que o BID começou há cerca de sete anos. Esse projeto tem capacitado mais de mil empreendedores negros com certificados, sendo a grande maioria mulheres. São também quase duas mil pessoas empreendedoras registradas no Dia de Turismo, onde há experiências como uma rota de mulheres afrodescendentes dentro da cidade.

Vocês conhecem Salvador, que se parece à Cartagena, que se parece com outras cidades coloniais. Vocês sabem que esses lugares têm uma bagagem importante histórica, de escravidão. E quando se pensa em uma oportunidade de empreender e promover o turismo, é preciso se levar em conta que essa bagagem poderia até ficar mais complicada se não for tratada de uma forma culturalmente apropriada.

Portanto, não é apenas uma integração entre mulheres negras, apenas para incorporá-las como empreendedoras, mas este foi um processo de valorizar todos os aspectos culturais, com explicações sobre conhecimento histórico e cultural dessas comunidades, com muito respeito sobre o que se pode divulgar nas ruas e o que precisa ficar na comunidade. Não se pode chegar em Salvador sem saber nada sobre as religiões de matriz africana. Se você não sabe absolutamente nada sobre isso, não vai apreciar o que está vendo. Portanto, essa integração total das pessoas, em especial das afrodescendentes, nessa rota de turismo, nessa discussão, foi fundamental para o crescimento desse espaço.

A terceira parte que gostaria de falar é sobre inclusão digital e educação. E quero enfatizar que dentro do BID, temos um interesse muito grande em incorporar mulheres, não somente na área de tecnologia, mas na alta tecnologia.

O Brasil, por exemplo, é um dos poucos lugares onde há fintechs lideradas por mulheres negras. Pela questão legislativa, sabemos que há uma presença forte de mulheres negras nesses lugares, e isso é importante. Também sabemos que na América Latina, em geral, a mulher negra é influenciadora. Ela tem muitos seguidores, é uma pessoa que tem influência, mas sabe uma coisa que ela sofre? Ela sofre cyberbullying, racismo. Então, isso é algo que não estamos falando. Quando pensamos em quais são as grandes referências em termos de racismo e sexismo, falamos em Megan Thee Stallion, Megan Markle, etc., mas há muitos exemplos de mulheres afrodescendentes, que chegam no nível profissional ou que chegam no nível de influenciadoras e podem ser vitimizadas. E o que significa isso para uma mulher que é influencer? Quando ela está informando online, como podemos protegê-la e refletir sobre a experiência pela qual ela passa?

Enfim, essas são as áreas que estamos trabalhando: acesso ao crédito, negócios, empreendedorismo, inclusão digital. Quero seguir essa conversa com todos vocês, e recomendar aos países de refletirem, sejam através dos Ministérios de Igualdade Racial, dos mecanismos que estão tratando desses aspectos, para pensar na possibilidade de agregarem e fazerem parte da RIAFRO, que é um espaço onde debatemos essas políticas públicas e tentamos trazer soluções baseadas em evidências para que realmente transformem a situação de desenvolvimento das comunidades afrodescendentes, e especificamente da mulher afrodescendente nas Américas.

